

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)

**RAÍSSA TASSINARI COSTA DE AZEVEDO**

POLÍTICAS DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: MAPEAMENTO NAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE

Rio de Janeiro

2018

RAÍSSA TASSINARI COSTA DE AZEVEDO

POLÍTICAS DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: MAPEAMENTO NAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Ma. Dayanne da Silva Prudencio

Rio de Janeiro

2018

Ficha catalográfica  
Elaborada pela bibliotecária CRB7 nº6934

Azevedo, Raíssa Tassinari Costa de.

A994p Políticas de Repositórios Institucionais [manuscrito]: mapeamento nas universidades federais da Região Sudeste / Raíssa Tassinari Costa de Azevedo. – 2018.  
67 f.: il.

Orientadora: Dayanne da Silva Prudencio.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia.  
Referências: f. 59-62.  
Inclui apêndice.

1. Repositório Institucional. 2. Política de Repositório. 3. Atividades do bibliotecário. Título. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia.

CDD: 011.39

**RAÍSSA TASSINARI COSTA DE AZEVEDO**

**POLÍTICAS DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: MAPEAMENTO NAS  
UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Biblioteconomia da Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Profa. Ma. Dayanne da Silva Prudencio  
Orientadora

---

Prof. Dra. Simone da Rocha Weitzel – UNIRIO

---

Bibliotecária Especialista Jane Alice de Souza Teixeira - UFF

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais e familiares, maiores e melhores presentes.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente tenho que agradecer aos Deuses, sem eles não seria possível cumprir mais essa etapa.

À Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro, seu corpo docente e administrativo que possibilitaram a concretização do sonho de me tornar bibliotecária.

À minha orientadora, Professora Mestre Dayanne Prudencio, por me guiar e apoiar durante todo esse processo, me motivando e confiando na minha capacidade.

À banca examinadora, pela disponibilidade em participar e pelas importantes contribuições a cerca desta monografia.

À equipe da Biblioteca Henrique Morize (MAST) por todo apoio, amizade e aprendizado.

À minha amiga Magna Farias, por todo amor, apoio, paciência e dedicação nesse momento final da minha graduação. Sem dúvidas você foi uma peça fundamental para a conclusão desse ciclo.

Ao meu pai, Rubem Azevedo, por me orientar na escolha do curso de Biblioteconomia. Com a sua ajuda me encontrei na profissão e amo o que me tornei.

À minha mãe, Christiane Costa, por sempre me apoiar e incentivar. Sem a presença dela, nada disso se tornaria realidade. A mulher que guia meus passos e nunca saiu do meu lado.

À minha amada família, aquela que em qualquer momento de felicidade ou dificuldade sempre esteve ao meu lado. Em especial ao meu irmão Hiran, aos meus avós Angela e Rubão, minha tia Claudia, minha prima Luiza, minha tia-avó Carmem Lucia e meus primos Thaisa e Rafael.

Ao meu companheiro de vida, Pedro Colombo, por acreditar em mim e participar intensamente de cada momento da minha vida. Nesse período o seu apoio, sua paciência, sua compreensão foi fundamental.

Obrigada a todos, que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Iwá lòrisà, bi a ba ti hùù ní gbèni”

Tradução: “O caráter é como um Orixá, se o cultuamos bem, obtemos proteção e somos beneficiados.”

## RESUMO

A pesquisa investiga quais universidades federais da região sudeste do Brasil possuem uma política de repositório institucional e quais as atividades são delegadas aos bibliotecários e as bibliotecas neste documento. Quanto a metodologia trata-se de pesquisa de natureza bibliográfica e documental, de campo (quanto à fonte de coleta dos dados), descritiva (quanto ao seu objetivo), e, do ponto de vista da análise dos dados e demonstração dos resultados, com abordagem qualitativa e quantitativa. Utiliza questionário estruturado como método para coleta de dados. Conclui que 9 RIs possuem políticas formalizadas e observa-se que diversificadas atividades são delegadas aos bibliotecários, com destaque para àquelas relacionadas ao tratamento documental e licenciamento do conteúdo no que tange ao direito autoral. Também conclui que os bibliotecários estiveram envolvidos desde o planejamento de RI e que estes são em sua maioria os atuais gestores.

**Palavras-chaves:** Repositório Institucional. Política de Repositório Institucional. Atividades do bibliotecário.

## **ABSTRACT**

The research investigates which Federal Universities from southeast Brazil have an institutional repository policy, and which activities are delegated to librarians and libraries, in this document. The methodology applied is bibliographical and documental, field research (source of data), descriptive (its objective), and, from the perspective of data analysis and proof of results, it was used a qualitative and quantitative approach. It was used a structured questionnaire to gather the data. It concluded that 9 IRs have formal policies and it was found that diversified activities are delegates to librarians, emphasizing the ones related to documental treatment and content licensing in reference of property rights. It was also found that librarians were involved since the planning of the IR and the majority of those are current managers.

**Keywords:** Institutional Repository. Institutional Repository Policy. Activities of the librarian.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Universidades públicas federais da região sudeste.....	31
Quadro 2 -	Lista de universidades públicas federais que possuem RI em funcionamento.....	34
Gráfico 1 -	Natureza de uso do Repositório Institucional.....	35
Gráfico 2 -	Percentual de acervo disponível.....	36
Gráfico 3 -	Tempo de implantação do RI nas instituições.....	37
Gráfico 4 -	Mecanismo de controle.....	37
Gráfico 5 -	Software utilizado para criação do Repositório Institucional.....	38
Gráfico 6 -	Processo de avaliação do impacto/satisfação dos usuários.....	39
Gráfico 7 -	Instrumentos de avaliação do Repositório Institucional.....	39
Gráfico 8 -	Organização do Repositório Institucional.....	40
Gráfico 9 -	Motivação para criação do Repositório Institucional.....	41
Gráfico 10 -	Uso efetivo da Política de Repositório Institucional.....	42
Gráfico 11 -	Localização da Política de Repositório Institucional.....	43
Gráfico 12 -	Disponibilização e facilitação no uso da Política de Repositório Institucional.....	43
Gráfico 13 -	Atualização da Política de Repositório Institucional.....	44
Gráfico 14 -	Responsabilidade pela elaboração da Política de Repositório Institucional.....	45
Gráfico 15 -	Normas e procedimentos do Repositório Institucional.....	46
Gráfico 16 -	Cargos ocupados pelos respondentes na gestão do Repositório Institucional.....	47
Gráfico 17 -	Participação dos bibliotecários no planejamento e implantação do Repositório .....	47
Quadro 3 -	Quantitativo de profissionais na gestão do Repositório Institucional.....	48
Gráfico 18 -	Demanda por bibliotecários.....	49
Quadro 4 -	Comparativo tempo de implementação do RI x tempo de atuação do bibliotecário.....	49
Tabela 1 -	Atividades dos bibliotecários nos RIs.....	50
Gráfico 19 -	Atividades desenvolvidas pelo bibliotecário no período que antecede o lançamento do RI.....	51

Gráfico 20 -	Atividades desenvolvidas pós implementação do RI.....	51
Gráfico 21 -	Competências do bibliotecário gestor de RIs.....	52
Gráfico 22 -	Bibliotecário gestor de RI.....	53
Gráfico 23 -	Treinamento do bibliotecário gestor de RI.....	54

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1	JUSTIFICATIVA.....	15
1.2	OBJETIVOS.....	17
<b>2</b>	<b>REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>18</b>
2.1	PARTICIPAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA GESTÃO DE RIs.....	25
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
3.1	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	30
3.2	DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA COLETA DE DADOS.....	32
3.3	DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE DADOS.....	33
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E ANÁLISE.....</b>	<b>34</b>
4.1	SOBRE O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL.....	35
4.2	SOBRE A POLÍTICA DO RI.....	41
4.3	SOBRE A GESTÃO DO RI.....	46
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>
	<b>APÊNDICE A – LISTA DE ENDEREÇOS ELETRÔNICOS.....</b>	<b>61</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Mirault (2001 apud VIEIRA; SILVA, 2012), antigamente o indivíduo tinha um único local para armazenar e centralizar todo o conhecimento: as bibliotecas. Na década de 90, com o desenvolvimento dos computadores pessoais, o surgimento dos softwares integrados e posteriormente o advento da internet, o conhecimento pôde ser melhor difundido facilitando a comunicação e troca de informações entre todo o mundo.

Impulsionada particularmente pela microinformática e aliada ao progressivo decréscimo nos custos de aquisição de hardware e software, a evolução das modernas tecnologias de informação possibilitou à sociedade da informação digitalizar textos, imagens estáticas e dinâmicas, sons e objetos tridimensionais. (SILVA; MOTA, 2012, p.52).

De acordo com Silva e Mota (2012), com o passar dos anos, as instituições culturais, administrativas e educacionais cederam à facilidade da digitalização dos seus documentos, até que passaram a gerar apenas documentos digitais.

Conforme Vieira e Silva (2012), o expressivo aumento no volume informacional, modificou as formas de armazenamento dos documentos e trazendo novas possibilidades além das tradicionais bibliotecas.

[...] o aparecimento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), novas ferramentas surgiram e vários paradigmas estão em processo de mudança, uma vez que estas tecnologias facilitam o acesso à informação em meio digital por meio da Internet. (VIEIRA; SILVA, 2012, p. 86).

De acordo com Tomaél e Silva, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão em grande ascensão, o que gera uma variedade de fontes de informação que “modificam – ampliam e agilizam – a capacidade de comunicação da informação em todos os níveis e setores da sociedade.” (TOMAÉL; SILVA, 2007, p.1).

Ainda de acordo com estas autoras, no campo científico, para as instituições de pesquisa e universidades, a ascensão das TICs ampliam os meios da comunicação científica<sup>1</sup> dos resultados de pesquisa. Contudo, mesmo com essa diversidade de meio possibilitada pelas TICs, grande parte da produção acadêmica das universidades não está acessível à própria comunidade acadêmica, sequer a toda comunidade científica (TOMAÉL; SILVA, 2007).

---

<sup>1</sup> Para os fins desta pesquisa, entende-se como comunicação científica a “transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento.” (BUENO, 2010, p. 2)

Para esses autores este fato está relacionado a três aspectos principais:

Isto ocorre em função de vários aspectos que perpassam o complexo ambiente da comunicação científica, dentre eles: a morosidade dos processos de publicação, os custos envolvidos na publicação de documentos e a grande quantidade de documentos impressos – e mesmo de documentos eletrônicos – dispersos nas coleções. (TOMAÉL; SILVA, 2007, p. 2).

Um dos meios de suprir essa falta de divulgação da produção acadêmica das universidades é a implementação de um Repositório definido por Tomaél e Silva (2007, p.3) como “[...] conjuntos de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente”, estes podem ser classificados em dois tipos: institucionais e temáticos. Os Repositórios Institucionais (RIs) armazenam toda produção científica de uma instituição, enquanto os Repositórios Temáticos (RTs) tem como foco o armazenamento de documentos de uma específica área do conhecimento, não necessariamente produzidos pela mesma instituição (TOMAÉL; SILVA, 2007).

Já Rodrigues e outros (2004, p. 1) apontam que os repositórios institucionais “[...] são coleções digitais que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades universitárias.”. Destacam-se nesta definição os aspectos de preservação digital e comunicação científica dos RIs. Sobre o primeiro, possibilita a salvaguarda da informação, já o segundo, permite dar visibilidade da produção acadêmica da universidade, pois nele é depositado toda a produção científica da instituição, ficando disponível o acesso livre daquele documento no formato digital, ou seja, os repositórios institucionais vieram para democratizar a difusão da produção científica das universidades.

Com a implementação dos RIs, as universidades buscam interceder e dar soluções a dois pontos estratégicos:

contribuir para o aumento da visibilidade, estatuto, imagem e “valor” público da instituição, servindo como indicador tangível da qualidade dessa universidade e demonstrando a relevância científica, econômica e social das suas atividades de investigação e ensino;

contribuir para a reforma do sistema de comunicação científica, expandindo o acesso aos resultados da investigação, reassumindo o controle acadêmico sobre a publicação científica, aumentando a competição e reduzindo o monopólio das revistas científicas, o que se pode traduzir também em economias para as universidades e as bibliotecas que as servem.

(RODRIGUES et. al., 2004, p. 1).

Diante deste contexto, esta pesquisa se desenvolve sob a seguinte questão: quais universidades federais brasileiras da região sudeste possuem uma política de Repositório Institucional e quais são as atividades delegadas ao bibliotecário neste contexto?

Deste modo, com a intenção de responder à questão de pesquisa estipulada, estruturamos esta pesquisa em seis seções.

A introdução, que se constitui como a primeira seção, contém a exposição da temática, levantamento do problema, justificativa, bem como os objetivos geral e específicos da pesquisa.

Na segunda seção abordaremos os repositórios institucionais apresentando brevemente sua história no Brasil, suas tipologias e exemplos. Constituímos uma subseção para apresentar a participação do bibliotecário na gestão de RIs.

Na terceira seção apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos estipulados nesta pesquisa. Nesta seção indicamos nosso campo empírico, modalidade da pesquisa, instrumento de coleta e tratamento de dados e as etapas de tratamento dos dados coletados.

A quarta seção, apresenta os resultados e análise dos dados levantados, revelando o mapeamento das Universidades Federais da Região Sudeste do Brasil que possuem Política de repositório institucional e a participação dos bibliotecários na gestão dos RIs.

Na última seção apresentamos as considerações finais desta pesquisa e indicamos os caminhos que pretendemos percorrer no futuro.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

A política de repositório institucional possui um papel fundamental para a normatização e manutenção do RI como um todo, pois é por intermédio das políticas que podemos orientar o bom funcionamento das demandas administrativas do RI.

A política é uma ferramenta institucional que pauta os processos decisórios, orienta os prazos de depósito, determina o que deve ser incorporado ou não ao RI e qual o responsável pela gestão do RI. Neste ínterim, ressalta-se a especificação da atuação do profissional bibliotecário neste processo

Isto significa que o mais difícil de alcançar é a mudança de mentalidades e, neste âmbito, os bibliotecários têm um papel muito destacado apresentando as vantagens deste tipo de iniciativas aos docentes e investigadores e, sobretudo, aos órgãos de topo das universidades para que estes entendam a necessidade da definição de políticas claras que incentivem ao autoarquivo por parte dos professores ou, até, de mandatos que os obriguem a fazê-lo. (AMANTE, 2014, p. 251).

Leite (2009, p.40) aponta que os trabalhos que envolvem os repositórios institucionais são similares ao trabalho das bibliotecas digitais, tarefa já desempenhada pelos bibliotecários e destaca:

bibliotecários, mais do que quaisquer outros profissionais, lidam com organização da informação;  
bibliotecas detêm a 'legitimidade' para obter e armazenar material institucional;  
bibliotecários possuem expertise para elaboração de políticas de formação, desenvolvimento e gestão de coleções;  
bibliotecários necessitam reconhecer que as tecnologias proporcionam novos modos de atuação profissional;  
a biblioteca é a instância organizacional mais ligada às questões da comunicação científica e da gestão da informação científica propriamente dita;  
bibliotecas conhecem suas comunidades e sabem identificar e lidar com necessidades de informação;  
bibliotecas podem centralizar o armazenamento e preservação da informação digital.  
(LEITE, 2009, p. 40).

Vieira e Silva (2012, p. 88) apontam que de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o Bibliotecário (profissional da informação) tem como funções:

(a) disponibilizar informações para qualquer tipo de suporte; (b) gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; (c) tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; (d) disseminar informações com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; (e) desenvolver estudos e pesquisas; (f) realizar a difusão cultural; (g) desenvolver ações educativas; e (h) prestar serviços de assessoria e consultoria (CBO, 2011 apud VIEIRA; SILVA, 2012, p. 88).

Diante deste cenário, justifica-se, portanto, um estudo que analise a existência e estrutura de políticas de repositórios institucionais e o papel do bibliotecário neste contexto, figura esta muitas vezes não mencionada, porém, elemento importante, quiçá fundamental, na criação e manutenção de um RI.

Analisar a participação dos bibliotecários também é importante porque este profissional possui competências necessárias e inerentes a criação e gestão de RIs, tais como: organização do conhecimento, princípios de arquitetura da informação, competência em informação, entre outros. Desta forma, iniciar a implantação de um RI contando com o trabalho de bibliotecários é vantagem competitiva.

Particularmente, minha motivação para este estudo surgiu durante o curso da disciplina "Biblioteconomia Digital", ministrada pela Professora Dayanne da Silva Prudencio, onde tive a oportunidade de estudar mais profundamente sobre Repositórios Institucionais. Logo que apresentado, despertou-me o interesse por pesquisar mais sobre essa temática. O debate a

respeito dos Repositórios Institucionais é essencial no cenário atual, onde a sociedade moderna tem produzido um grande volume de documentos e informações digitais.

Entende-se nesta pesquisa, que um dos grandes benefícios dos RIs é que este permite o acesso livre da informação pois amplia as possibilidades da disseminação da produção acadêmica, bem como ela também nos permite o armazenamento de dados de pesquisa e estimula a manutenção da memória da instituição.

Corrêa (2016, p. 396) estabelece que os RIs “[...] são plataformas projetados para a preservação e divulgação de publicações científicas (artigos, teses, documentos administrativos, etc.) gerados pelos membros da instituição.”

Contudo, é notável que nem todos os RIs possuem uma política para a sua regulamentação, o que compromete o seu funcionamento, uma vez que são as políticas que determinam toda a estrutura desta plataforma digital.

## 1.2 OBJETIVOS

Diante do exposto, o objetivo principal desta pesquisa é identificar quais universidades federais brasileiras da região sudeste possuem uma política de Repositório Institucional e analisar as atividades que são delegadas ao bibliotecário neste contexto.

Para o alcance do objetivo geral delimitou-se como objetivos específicos:

- a) indicar o papel da biblioteca e do bibliotecário nestas políticas;
- b) apresentar as atividades delegadas aos bibliotecários nesse documento.

## 2 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Segundo Marra (2012), a primeira iniciativa de construção de repositórios que se têm conhecimento ocorreu em 1990, quando um grupo de pesquisadores do *Los Alamos National Laboratory* (LANL), nos Estados Unidos, desenvolveu uma infraestrutura de para abrigar os *preprints*. Tal repositório foi denominado ArXiv (arxiv.org) e ainda hoje se encontra vinculado a Universidade de Cornell. Nele são arquivados *preprints* nas áreas de Física, Matemática, Ciência da Computação, Biologia Quantitativa, Finanças Quantitativas E Estatísticas.

Para Tomaél e Silva (2007), nos anos seguintes à criação do ArXiv, outras iniciativas semelhantes ocorreram em todo o mundo, compartilhando o grande objetivo de tornar visível a produção intelectual de professores e alunos das universidades e institutos de pesquisa.

Ao mesmo tempo que a criação destes repositórios era fomentada, verificou-se a necessidade de haver um modelo de interoperabilidade para integrar esses repositórios. Neste sentido, no ano de 1999 aconteceu a Convenção de Santa Fé, onde foi criada a Iniciativa dos Arquivos Abertos – *Open Archives Initiative* (OAI).

Segundo Weitzel (2006, p. 59) “essa iniciativa foi pioneira na reflexão sobre o processo de publicação e reorganização das publicações científicas, bem como de suas influências na comunicação científica eletrônica.”.

A OAI foi responsável pela constituição das bases necessárias para implementar um novo modelo de acesso à publicação científica a partir da integração de soluções tecnológicas e também pela busca de mecanismos para garantir sua legitimação (VAN DE SOMPEL; LAGOZE, 2000 apud WEITZEL, 2006, p. 59).

Segundo Garcia (2003, não paginado) “a base da iniciativa é o protocolo OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*), que permite que os participantes da iniciativa possam compartilhar seus metadados.”.

Para que estes metadados possam ser compartilhados convencionou-se o uso do padrão Dublin Core e são necessários os provedores de dados e os provedores de serviços, cujas funções são definidas por Garcia (2003, não paginado) como:

Os provedores de dados mantêm repositórios de documentos digitais que implementam o protocolo OAI-PMH como forma de expor os metadados de seus documentos. Já os provedores de serviços oferecem buscas a estes metadados ou outros serviços que visam agregar valor à Iniciativa. (GARCIA, 2003, não paginado).

A iniciativa OAI pode ser considerada um importante marco e orienta um novo modelo de comunicação científica. Para Marra (2012) a OAI influencia a criação de outras declarações,

tais como: a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) divulgada em 2001, a *Bethesda Statement on Open Access Publishing* e a *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*, ambas divulgadas em 2003. Para Marra (2012, p. 189) “essas três declarações são frequentemente denominadas como Declarações BBB”.

Entre estas declarações merece destaque a BOAI, que em seu texto promove uma campanha mundial em prol do acesso aberto. Em tradução da Declaração realizada pelo Gabinete de Projetos Open Access dos Serviços de Documentação, da Universidade do Minho temos:

Por “acesso aberto” [à literatura científica com revisão por pares], queremos dizer a sua disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer utilizador ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhe-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do próprio acesso à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição, e o único papel para o *copyright* neste domínio, deveria ser dar aos autores controlo sobre a integridade do seu trabalho e direito de ser devidamente reconhecido e citado. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, [2012?], não paginado).

Segundo Costa (2006 apud TOMAÉL, SILVA, 2007, p. 3) é importante diferenciar arquivos abertos e acesso aberto: “o primeiro caso refere-se à interoperabilidade das máquinas que armazenam os repositórios; o segundo trata da acessibilidade total aos conteúdos digitais disponíveis.”.

Além de estabelecer o significado e âmbito do acesso Livre, a BOAI, segundo Baptista e outros (2007, p. 5) definiu duas estratégias, a saber:

auto-arquivamento, pelos autores ou seus representantes, dos artigos publicados nas revistas científicas em repositórios, disciplinares ou institucionais; a outra é por meio de revistas de acesso livre, que não restringem o acesso e o uso do material que publicam e não cobram assinatura nem taxas de acesso, e usam outros métodos (por exemplo, taxas de publicação, publicidade, etc.) para cobrir as suas despesas. A primeira estratégia é conhecida como via verde e a segunda, via dourada. (BAPTISTA et al., 2007, p. 5).

A iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI- Budapest Open Access Initiative) provocou uma campanha mundial em prol do acesso aberto. Foram apresentadas na BOAI duas fundamentais estratégias em prol do acesso aberto: a criação de repositórios que representam a via verde (autoarquivamento). E a segunda relacionada aos periódicos em acesso aberto, operando a via dourada. Outro grande legado da BOAI (2002) foi o estabelecimento do primeiro protocolo de interoperabilidade entre fontes online, o *Open Access Initiative-Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), que permitiu o intercâmbio de dados.

Desta forma, fica evidente a importância e participação dos repositórios na difusão da filosofia do acesso aberto, no movimento da comunicação científica e no aumento da visibilidade da produção científica.

É importante ressaltar que o Brasil não ficou indiferente ao movimento do acesso aberto e inclusive desenvolve algumas iniciativas, tais como: o Manifesto Brasileiro de apoio ao Livre Acesso à Informação Científica, a Carta de São Paulo e Carta de Salvador, todos em 2005. Já em 2006, ocorreu a Declaração de Florianópolis. Em comum esses trabalhos preconizam mudanças no processo de comunicação científica nacional.

A história dos RIs no Brasil jamais poderia ser contada sem mencionarmos o importante papel e atuação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

O IBICT é um órgão de destaque e relevância no cenário científico nacional e internacional, em especial, por sua atuação com transferência de tecnologias da informação. Essa transferência da informação consiste em: "O seu corpo técnico realiza a absorção e personalização de novas tecnologias, repassando-as a outras entidades interessadas na captura, distribuição e preservação da produção intelectual científica e tecnológica." (IBICT, 2012).

Kuramoto (2006, p. 93), ratifica estas informações e apresenta que o propósito do IBICT é:

[...] registrar e disseminar a produção científica brasileira. [...] Com o surgimento das tecnologias da informação e da comunicação, combinado com o movimento do acesso livre à informação, verifica-se a existência de um cenário amplamente favorável ao Instituto para o cumprimento de sua missão inicial. (KURAMOTO, 2006, p. 93).

Como já mencionado, o IBICT foi a instituição que orientou a chegada de repositórios institucionais no Brasil. Uma das iniciativas que auxiliou a disseminação do conceito de RI no Brasil, foi a tradução e adaptação do Software DSPACE para a língua portuguesa, em 2004. É importante mencionar que esse software emprega o protocolo *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), cuja função é ser um padrão internacional que propicia a interoperabilidade dos dados, e que, desta forma, permite a universalidade do acesso.

De acordo com Kuramoto (2010, p. 64), especificamente, o trabalho do IBICT na criação e gestão de RI tem início em 2005, quando por videoconferência o instituto lançou, apresentou e conseguiu aprovar o "Manifesto de apoio ao movimento de acesso livre" e com isso deu um grande passo na consolidação de um novo modelo de comunicação científica brasileira.

Após a grande aprovação do manifesto, surgiu então um projeto denominado “Projeto Portal de Publicações Seriadas de Acesso Livre (PCAL)”, o qual foi submetido ao FINEP a fim de aprovação e financiamento. Marra (2014, p. 335) afirma que:

Tal recomendação é importante para o país, uma vez que praticamente toda a pesquisa brasileira é financiada com recursos públicos, exceção feita apenas às pesquisas realizadas e financiadas por empresas privadas em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Sendo assim, esse manifesto confronta o grande monopólio das revistas científicas perante a produção acadêmica, compelindo a algumas a aderirem ao movimento de acesso aberto. De acordo com Vieira e Silva (2012, p. 88):

o acesso aberto nesse contexto significa a disponibilização livre pública na Internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, download, cópia, distribuição, impressão, busca ou criação de links para os textos completos dos artigos, bem como captura-los para indexação ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal. A única restrição à reprodução e distribuição e a única função do copyright neste contexto devem ser o controle dos autores sobre a integridade de sua obra e o direito de serem adequadamente reconhecidos e citados. (LEITE, 2009, p. 15 apud VIEIRA; SILVA, 2012, p. 88).

Em linhas gerais, o movimento de acesso aberto reforça a ideia de livre acesso da informação, sobretudo em relação à produção acadêmica pública, definindo que todas as produções científicas devem estar disponíveis para o acesso de todos, permitindo que os resultados de pesquisa do país sejam disseminados.

Kuramoto (2010, p. 66) assinala que o projeto PCAL determina algumas práticas, dentre elas: “promoção do desenvolvimento e implantação de RI nas universidades e institutos de pesquisa por intermédio da distribuição de kits tecnológicos [...]”. O mesmo autor destaca que o IBICT ofereceu cursos gratuitos para a capacitação de editores para a utilização do software OJS, que quando traduzido para o português recebeu um novo nome: Sistema Eletrônico de Editoração de Revisas (SEER).

Segundo Kuramoto (2010, p. 66), em 2008 foram distribuídos cerca de oitenta kits tecnológicos, que ficaram disponíveis para todas as universidades e instituições de pesquisa públicas do Brasil. Esses kits eram formados por um servidor (hardware) e com os pacotes SEER e DSpace instalados.

Outro importante passo dado pelo IBICT foi o lançamento do Edital IBICT-FINEP/PCAL/XBDB nº 002/2009 que possibilitou 27 instituições, além das cinco do projeto piloto, a constituição de seus repositórios institucionais ou temáticos. “O projeto consiste na

distribuição de kits tecnológicos, no treinamento dos recursos humanos da instituição e no suporte informacional e técnico para o bom desenvolvimento destes sistemas.” (IBICT, 2018).

Marra (2014, p. 336) aponta algumas das universidades contempladas no edital: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP/MG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG), Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM/MG), Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR/SP). Vale ressaltar, que como estas universidades pertencem a região sudeste, seus RIs são analisados em nossa seção 4.

Kuramoto (2009, p. 213) destaca que o IBICT não se preocupou apenas com a parte de infraestrutura, ou seja, também exigiu a formalização de uma política institucional de informação, vejamos:

O requisito básico era de que estas universidades construíssem seus repositórios e, ao mesmo tempo, que aprovasse internamente uma política institucional de informação de forma a garantir o povoamento dos seus repositórios por parte dos seus pesquisadores. (KURAMOTO, 2009, p. 213).

Portanto, desde 2009, a necessidade de desenvolvimento de Repositórios e de uma política de informação são normativas conhecidas e fomentadas em todas as instituições científicas brasileiras.

Para compreender a justificativa do grande movimento para criação dos Repositórios Institucionais no Brasil é essencial defini-los. Conceituado por Tomaél e Silva (2007, p. 3), os Repositórios Institucionais “[...] são conjuntos de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente.”.

Segundo Crow (2002 apud TOMÁEL, SILVA, 2007, p. 3), são coleções que capturam e preservam a produção intelectual de uma ou mais universidades ou comunidades.

Os repositórios surgem como sistemas de informação de acesso aberto, com o objetivo de maximizar a disseminação e a visibilidade dos resultados de pesquisas científicas, no caso dos trabalhos institucionais voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa (GOMES; ROSA, 2017, p. 85).

Guimarães, Silva e Noronha (2009, p. 263 apud SILVA, 2014, p. 36), ampliam a visão da definição do Repositório Institucional, ressaltando que o RI também é formado por uma equipe com ideias e práticas, à qual é regida por políticas.

Assim, Silva constata o RI como um sistema técnico-social:

[...] muito antes de ser mais um dispositivo ou infraestrutura tecnológica a favor da ampliação da circulação de informação científica, um RI é um complexo sócio técnico, onde estão envolvidos um conjunto de atores com visões, práticas e perspectivas diversas, cujas relações são tecidas a luz de micro e macropolíticas, locais e globais. (GUIMARÃES; SILVA; NORONHA, 2009, p. 263 apud SILVA, 2014, p. 36).

Diante do exposto, os Repositórios Institucionais possuem natureza digital e de acesso livre aos documentos neles inseridos. Por meio do depósito dos documentos produzidos institucionalmente, este dispositivo informacional tem ainda função de preservação e salvaguarda da memória das universidades. Ao passo que a característica de acesso livre à informação, permite a ampla divulgação da produção acadêmica e proporciona maior visibilidade para o pesquisador e para a instituição. De acordo com Kuramoto (2009, p. 207)

No entanto, os RI para funcionar e atender às expectativas do movimento de acesso livre dependem de algum instrumento que garanta o depósito, por parte dos pesquisadores, dos seus trabalhos publicados em revistas com revisão em pares. Em todo o mundo, as universidades vêm estabelecendo mandatos (também chamados de políticas) para garantir o povoamento.

Já Rodrigues e outros (2004, p. 1) apontam os repositórios institucionais como “[...] coleções digitais que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades universitárias.”. Destacam-se nesta definição os aspectos de preservação digital e comunicação científica dos RIs. O primeiro aspecto, a preservação digital, possibilita a salvaguarda da informação. O segundo aspecto, permite dar visibilidade para a produção acadêmica da universidade, pois nele é depositado toda a produção científica da instituição, ficando disponível o acesso livre daquele documento no formato digital, ou seja, os repositórios institucionais vieram para democratizar a difusão da produção científica das universidades.

Diante dessa conceituação, os RI também possuem uma caracterização por tipologia. Estes podem ser classificados em dois tipos principais: institucionais e temáticos. Os Repositórios Institucionais (RIs) armazenam toda produção científica de uma instituição, enquanto os Repositórios Temáticos (RTs) tem como foco o armazenamento de documentos de uma específica área do conhecimento, não necessariamente produzidos pela mesma instituição (TOMAÉL; SILVA, 2007).

A classificação citada também é compartilhada pelo IBICT (2012, não paginado) “Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais.”.

Corrêa (2016, p. 395-399) amplia ainda mais a classificação por tipologia concebendo cinco tipos: institucionais, temáticos, editoriais, de uso geral, próprios.

[...] repositórios temáticos proporcionam visibilidade dentro da comunidade correspondente, na medida em que a opção para o repositório institucional pode ser mais eficiente para dar visibilidade ao desenvolvimento de pesquisas com os pares mais próximos (por exemplo, do mesmo instituto, em uma universidade). (CORRÊA, 2016, p. 395).

Sobre os repositórios editoriais Corrêa (2016, p. 398) diz que os repositórios editoriais possuem particularidades iguais aos institucionais, porém voltada para as comunidades específicas. Já os repositórios de uso geral, Corrêa (2016, p. 399) define que qualquer pesquisador pode utilizar, para assim preservar diferentes tipos das produções acadêmicas. Ainda segundo este autor (2016, p. 401), os repositórios próprios, mais conhecidos por “nuvens”, onde os pesquisadores arquivam seus dados de pesquisa podendo ser de um servidor pessoal ou coletivo.

Conforme anunciado em nossa introdução (p. 13) o interesse desta pesquisa recai sobre os Repositórios Institucionais e dentre as diversas definições apresentadas e disponíveis na literatura, nos orientaremos pelo conceito desenvolvido por Gomes e Rosa:

Os repositórios surgem como sistemas de informação de acesso aberto, com o objetivo de maximizar a disseminação e a visibilidade dos resultados de pesquisas científicas, no caso dos trabalhos institucionais voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa (GOMES; ROSA, 2017, p. 85).

Nosso estudo compreende que uma eficiente gestão de Repositórios Institucionais deve contar com uma boa infraestrutura tecnológica, conhecimentos técnicos, gestores especializados e com uma eficiente condução administrativa e neste sentido torna-se fundamental o estabelecimento de diretrizes que deixem claro a finalidade, norteiem os padrões, os procedimentos, as tipologias que serão incorporadas e as atividades que cada um dos trabalhadores realizaram e sobretudo, deixar claro a articulação entre estas tarefas. Desta forma, emerge-se o conceito de Políticas de Repositórios Institucionais.

## 2.1 PARTICIPAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA GESTÃO DE RIs

Antes mesmo de falar sobre a participação dos bibliotecários na gestão dos repositórios institucionais é fundamental destacar que nas duas últimas décadas o mercado de trabalho na área de gestão da informação tornou-se ainda mais competitivo, demandou do profissional a assunção de um novo perfil e o desenvolvimento de novos conhecimentos e competências profissionais.

A biblioteca que antes era vista como local de trabalho tecnicista com atividades voltadas apenas para o tratamento da informação passa a assumir sua função social adaptando-se às novas exigências da chamada sociedade da informação. Neste cenário o profissional da informação bibliotecário exerce, entre suas diversas atribuições, o papel de disseminador da informação utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e outros suportes informacionais existentes, visando suprir as necessidades de seus usuários. (RODRIGUES; AZEVEDO, 2012, p. 36).

Igualmente Alvares, Amaro e Assis (2016) indicam que a expansão das chamadas TICs propicia aos bibliotecários assumir um papel de destaque nas atividades de preservação digital, curadoria de dados e dinâmicas de colaboração.

Para tanto, Leite (2009, p. 41) recomenda que bibliotecários possuam “[...] domínio dos métodos de identificação e avaliação de necessidades de informação da comunidade, assim como das técnicas e instrumentos de organização da informação em ambiente eletrônico e familiaridade com recursos tecnológicos.”

A participação do bibliotecário na gestão de um RI é primordial para seu bom funcionamento. Leite (2009, p. 19 apud VIEIRA; SILVA, 2012, p. 89) aponta que “bibliotecários se tornam imprescindíveis mediadores entre informação científica e seus leitores, atendendo as expectativas de quem a produz e de que a utiliza”. Ainda segundo este autor, os RIs, em sua maioria, surgem de uma ação da biblioteca de instituições de ensino e pesquisa, isso ocorre devido a semelhança com as bibliotecas digitais.

Kuramoto (2009, p. 205) afirma que, no Brasil, a maior parte das universidades possuem o costume de fazer a entrada de dados por intermédio das bibliotecas, já a minoria executa a entrada de dados descentralizada, ou seja, auto depósito pelos autores.

Com isso, torna-se imprescindível que o bibliotecário se mantenha sempre atualizado com as novas tecnologias, afinal o mundo cada vez mais está se tornando digital.

[...] é preciso que o bibliotecário se adéque às novas ferramentas informacionais que estão surgindo e utilize a tecnologia como uma grande aliada. Para tal, é importante que o bibliotecário estimule a criação e implementação de repositórios institucionais,

e participe do movimento de acesso aberto à informação. (VIEIRA; SILVA, 2012, p. 89).

Para atuar nos RIs, o bibliotecário deverá se atualizar e conhecer as novas tecnologias digitais. Bem como, devem assumir e tomar para si a gestão do RI, pois eles são um dos principais atores que compõem a equipe técnica.

Segundo Rodrigues (1998 apud VIEIRA; SILVA, 2012, p. 89), relaciona uma lista de saberes e competências tecnológicas, a qual o bibliotecário terá que dominar para se preservar na era digital, são elas:

Conhecimento aprofundado da Internet, dos seus serviços e potencialidades;  
 Conhecimento e capacidade de trabalho com as diversas “normas” emergentes – SGML, HTML, Z39.50, etc.;  
 Excelência na utilização das diversas ferramentas de pesquisa de informação na Internet;  
 Conhecimento dos métodos, técnicas e normas de digitalização e/ou criação de documentos multimídia e da sua disponibilização para o público (interfaces, design, etc.);  
 Capacidade para avaliar e organizar recursos eletrônicos;  
 Conhecimentos básicos sobre o funcionamento e gestão de redes e sistemas operativos;  
 Capacidade para criar e gerir conteúdos na World Wide Web (HTML, etc.);  
 Capacidade para usar e avaliar software e hardware diversos;  
 Conhecimentos e capacidade para criar e assegurar o funcionamento de serviços de ajuda e referência online e materiais de formação para utilização remota. (RODRIGUES, 1998 apud VIEIRA; SILVA, 2012, p. 89).

Leite (2009 apud VIEIRA; SILVA, 2012, p. 90) destaca que além do bibliotecário é fundamental a presença de analistas de sistemas, ambos atuando em conjunto.

Os bibliotecários devem dominar processos de gestão da informação, métodos de identificação e a avaliação de necessidades de informação da comunidade, assim como técnicas e instrumentos de organização da informação em ambiente eletrônico e familiaridade com recursos tecnológicos. Já os analistas de sistemas devem dominar os requisitos tecnológicos necessários para a instalação, configuração e customização e suporte da ferramenta, entre outros.

Prudencio (2015, p. 18) aponta que “embora os conhecimentos teóricos e técnicos do bibliotecário sejam importantes para o bom desempenho de qualquer Biblioteca, a condução administrativa é fundamental.”. Conquanto a autora enfoque o ambiente da Biblioteca, entendemos que sua premissa também se aplique a gestão de RI.

Neste sentido, é importante que a administração desenvolva uma Política de Repositório, que inserida em um *locus* organizacional, deve contemplar elementos que permitam tanto o registro como o desenvolvimento do conhecimento sobre os RI.

Nesta política devem ser indicadas as diretrizes e finalidades que norteiem o estabelecimento de padrões, de procedimentos e da tipologia de produtos. Bem como deve dar conta das diversas tarefas que ali serão executadas, indicar os papéis e responsabilidade dos indivíduos que atuarão em sua gestão.

Ao analisarmos algumas políticas dos repositórios institucionais disponíveis na internet é possível verificar a indicação de:

- a) tipos de documentos que podem ser depositados;
- b) indicadores de setor responsável pelo desenvolvimento e manutenção;
- c) integração entre RI e as normas da biblioteca digital da instituição;
- d) modelo padrão nacional e internacional de acesso aberto (Open Archives);
- e) definição do protocolo, como por exemplo, o OAI-PMH;
- f) definição do software, como por exemplo, o DSpace;
- g) definição de equipe técnica e suas responsabilidades;
- h) direitos autorais;
- i) formas e prazo para o arquivamento dos documentos.

Também foi possível verificar que algumas políticas de RI recuperadas indicam as atividades a qual o bibliotecário pode exercer junto a uma equipe especializada, tais como:

- a) ser responsável pela implantação e manutenção do RI;
- b) desenvolver políticas de informação para o seu funcionamento;
- c) criar normas que orientem os departamentos e setores, sobre o registro e o depósito da produção intelectual;
- d) orientar o desenvolvimento de bases de dados que atuam como repositórios institucionais agregando informações;
- e) criar de relatórios de uso;
- f) receber autorizações e inclusão do conteúdo a ser exibido no repositório;
- g) realizar a comunicação com o usuário;
- h) revisar metadados que descrevem o conteúdo e a alimentação do repositório;
- i) definir linhas de ação, plano de trabalho e operação;
- j) monitorar e propor aperfeiçoamentos;
- k) avaliar os resultados alcançados com o repositório e sua efetividade;
- l) prospectar parcerias e possibilidades, buscar soluções inovadoras para ampliar o alcance;
- m) gerir os conteúdos digitais com a garantia de preservação a longo prazo.

É importante indicar que embora tais alcances tenham sido percebidos a partir de uma análise de algumas políticas, o estudo em tela não localizou na literatura bibliotecômica de procedência nacional uma clara sistematização das tarefas que os bibliotecários devem desempenhar na gestão de RI. Não é papel e interesse deste estudo desvendar os motivos que conjugados levam a esta não sistematização, por outro lado, pensamos que este debate deve ser ampliado em pesquisas futuras.

Por hora, nos cabe assinalar que no âmbito da comunicação científica, o bibliotecário já tem seu espaço reconhecido e respeitado.

Os bibliotecários podem ser considerados mediadores entre pesquisadores e a informação científica, porque são eles que permitem condições apropriadas para a gestão da informação científica, organizando a informação para fim de uma recuperação dentro dos protocolos estabelecidos. (ANJOS et al., 2014, p. 8).

Outro ponto importante é que o trabalho em RI sugere a readequação de novas atividades profissionais, tais como: catalogação, classificação, planejamento e desenvolvimento de coleções digitais, indexação, revisão de metadados, curadoria digital, revisão de autoarquivamento, conferência de depósitos, alimentação e manutenção do sistema entre outras. Desta forma comprova-se a grande importância deste profissional para a gestão da informação, mais diretamente para a gestão dos repositórios institucionais.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa científica pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2002, p. 17). Para que qualquer pesquisa se desenvolva são necessários procedimentos metodológicos.

A metodologia da pesquisa indica o caminho percorrido pelo pesquisador para alcançar seus objetivos. Portanto, se pauta no uso de técnicas de pesquisa combinada às concepções teóricas do tema, o que permite coerência à pesquisa.

Sob tais perspectivas indicamos que a base teórica da pesquisa que se apresenta foi desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica. Para o referencial teórico foram selecionados livros, artigos científicos especializados e dissertações do campo biblioteconômico. Os documentos foram localizados por meio de consulta às bases de dados como: Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes termos para busca: repositórios institucionais, repositórios institucionais brasileiros, gestão da informação, informação científica, política de preservação, política de informação, política de repositório institucional e papel dos bibliotecários na gestão de repositório institucional. Português foi o único idioma utilizado.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada pesquisa documental visando analisar as políticas de repositório institucional das universidades, alvo de nossa pesquisa.

Caracterizamos nossa pesquisa como sendo documental, apoiados na perspectiva de Marconi e Lakatos (2006, p. 176) que nos indica que “a característica da pesquisa documental é quando a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Portanto, ao analisarmos as políticas e não fazermos nenhum tratamento ou intervenção neste estamos realizando uma pesquisa documental.

Dessa forma, seguindo definição de Vergara (2011, p. 42) esta pesquisa é de natureza descritiva, ou seja, buscará expor as características e práticas que norteiam a gestão de RI de universidades federais da região sudeste. Quanto aos meios de trata-se de pesquisa, ao mesmo tempo, bibliográfica e pesquisa de campo.

De acordo com Best (1972 apud MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 6), a pesquisa descritiva delinea “aborda quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente.”.

Para Gil, a pesquisa exploratória tem como objetivo:

proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41).

Os dados, que constituem o cerne deste trabalho, foram obtidos com a aplicação de questionários e foram tratados qualitativamente a partir da aplicação da técnica análise de conteúdo. Também procedemos a uma abordagem quantitativa uma vez que quantificamos em percentuais os resultados obtidos.

Antes de coletarmos os dados que constituem o alvo de nossa pesquisa elaboramos um protocolo metodológico visando compreender o panorama atual acerca da existência de RI nas universidades federais da região sudeste do Brasil. Desta forma, elaboramos no software excel uma tabela indicando os nomes das universidades localizadas na região sudeste do Brasil; sigla; estado brasileiro; se tem RI; se tem política formal; local onde está armazenada; se há menção do bibliotecário na política; atividades de trabalho; atores das políticas; caso não há políticas, se possuem diretrizes; link de acesso a política dentre outros. Posteriormente realizamos uma leitura detalhada da política e utilizando-se da técnica análise de assunto fizemos uma análise destes documentos. Com dados que nos nortearam, bem como, forneceram elementos importantes procedemos a elaboração do questionário e aplicamos aos gestores das RI.

### 3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 112), população ou universo pode ser definida como:

O conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. [...] A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisadas, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc.

Já amostra é conceituada por Marconi e Lakatos (2011, p. 112) como “uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população), ou seja, é um subconjunto do universo.”

Diante do exposto, a população delimitada para esta pesquisa são as universidades federais da região sudeste do Brasil, listadas no quadro 1.

Tais universidades foram listadas a partir de consulta ao sítio eletrônico do Ministério da Educação (e-MEC). O e-MEC é um portal que concentra informações sobre todas as instituições de ensino superior reconhecidas e cadastradas pelo Ministério da Educação. O acesso ao portal é pelo link: <<http://emec.mec.gov.br/>> Seleccionando a “Consulta Avançada” e os seguintes filtros de busca: “Buscar por: Instituição de Ensino Superior”, “Categoria administrativa: pública federal” e “Organização acadêmica: Universidade”, “UF”, selecionamos os estados brasileiros da região sudeste, um a um, fazendo quatro buscas: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O resultado destas buscas foi uma lista de dezenove universidades públicas federais filiadas.

Quadro 1 – Universidades públicas federais da Região Sudeste

<b>Região Sudeste do Brasil:</b>	<b>Total: 19 universidades</b>
<b>Espírito Santo:</b>	
1. <b>Universidade Federal do Espírito Santo / UFES</b>	
<b>Minas Gerais:</b>	
1. <b>Universidade Federal de Alfenas / UNIFAL</b>	
2. <b>Universidade Federal Itajubá / UNIFEI</b>	
3. <b>Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF</b>	
4. <b>Universidade Federal de Lavras / UFLA</b>	
5. <b>Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG</b>	
6. <b>Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP</b>	
7. <b>Universidade Federal de São João del Rei/ UFSJ</b>	
8. <b>Universidade Federal de Uberlândia / UFU</b>	
9. <b>Universidade Federal de Viçosa / UFV</b>	
10. <b>Universidade Federal do Triângulo Mineiro / UFTM</b>	
11. <b>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / UFVJM</b>	
<b>Rio de Janeiro:</b>	
1. <b>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO</b>	
2. <b>Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ</b>	
3. <b>Universidade Federal Fluminense / UFF</b>	
4. <b>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ</b>	
<b>São Paulo:</b>	
1. <b>Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar</b>	
2. <b>Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP</b>	
3. <b>Universidade Federal do ABC/ UFABC</b>	

Fonte: Autora (2018)

É importante destacar que deste universo de dezenove universidades, quatorze possuem Repositórios Institucionais em funcionamento, ou seja, ativos. As cinco universidades que não possuem Repositório Institucional são: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal do ABC/UFABC.

Visando identificar se tais universidades tinham projetos em andamento para desenvolvimento e implementação dos RIs, procedemos contato via e-mail e telefone com estas instituições e verificamos que todas pretendem lançar seus repositórios. Os contatos foram obtidos nos sites oficiais destes órgãos e podem ser consultados no apêndice A deste estudo.

### 3.2 DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA COLETA DE DADOS

De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 19) “são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação”. Em nosso estudo, selecionamos o uso de questionário fechado e estruturado (Apêndice B). Marconi e Lakatos (2011, p. 86) definem questionário como “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

Os questionários utilizados foram criados a partir da plataforma Google Forms e enviados as instituições via e-mail em duas formas.

- a) coletando o endereço do e-mail no site do repositório e enviando a partir do e-mail pessoal da autora;
- b) a partir da seção “Fale Conosco”, disponível nos sites das instituições. Neste caso, o e-mail da autora também fora indicado como forma de contato.

Em ambos os casos, no corpo da mensagem foi inserido o link para resposta, uma breve explicação sobre as propostas da pesquisa e o prazo estipulado para resposta.

Foram enviados o total de quatorze e-mails, respectivamente nos dias: 16 de abril de 2018, 25 de abril de 2018 (primeiro reenvio) e 15 de maio de 2018 (segundo reenvio). Em ambos os casos de reenvio ocorreu a indicação de que o prazo foi estendido. Nenhum e-mail deu erro ou retornou.

Ao final destes envios chegamos a uma taxa de 11 respostas, todas obedecendo o prazo estipulado.

O questionário foi constituído por vinte e nove perguntas e dividido em três seções. A primeira é referente ao acervo do RI composto por dez perguntas multiescolha; a segunda sobre a política do RI composto por oito perguntas de múltipla escolha, a terceira e última seção sobre a gestão do RI composto por uma pergunta discursiva e dez perguntas de múltipla escolha. Todo o questionário foi desenvolvido visando levantar informações sobre o repositório, sua gestão e política e, sobre atuação e atividades dos bibliotecários.

De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 86) “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”. Nossa pesquisa superou essa estimativa, atingindo aproximadamente 78,57% de respostas.

### 3.3 DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Analizamos os dados obtidos a partir de critérios quantitativos e qualitativos. O primeiro ao identificar quantas universidades possuem políticas de repositórios, o segundo ao identificar as atividades e papel dos bibliotecários nestes documentos e também das bibliotecas. Moresi (2003, p. 8) diz, sobre pesquisa quantitativa, que esta “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Já sobre a pesquisa qualitativa, ele considera “que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (MORESI, 2003, p. 8).

## 4 RESULTADOS E ANÁLISE

Como instrumento de trabalho para responder às indagações de nossa pesquisa foi utilizado questionário, com o objetivo de examinar e identificar quais universidades federais brasileiras da região sudeste possuem uma Política de Repositório Institucional e analisar a participação do bibliotecário neste contexto.

Foi objeto de análise o total de 19 universidades públicas federais da Região Sudeste do Brasil. A partir da avaliação inicial, identificou-se 14 universidades com repositório institucional em funcionamento, estas são listadas no quadro 2.

Quadro 2 – Lista de universidades públicas federais que possuem RI em funcionamento.

<b>Região Sudeste do Brasil.:</b>	<b>Total: 14 universidades</b>
1. Universidade Federal do Espírito Santo/ UFES	
2. Universidade Federal Itajubá / UNIFEI	
3. Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF	
4. Universidade Federal de Lavras / UFLA	
5. Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG	
6. Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP	
7. Universidade Federal de Uberlândia / UFU	
8. Universidade Federal de Viçosa / UFV	
9. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / UFVJM	
10. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ	
11. Universidade Federal Fluminense / UFF	
12. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ	
13. Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar	
14. Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP	

Fonte: Autora (2018).

O questionário foi composto por 29 perguntas, subdividas em 3 seções principais: seção I – *Sobre o Repositório Institucional*, seção II – *Sobre a política do Repositório Institucional* e seção III – *Sobre a gestão do Repositório Institucional*. A análise dos dados obtidos seguirá a mesma estrutura do questionário, subdivido em seções e seguindo a ordem de cada pergunta.

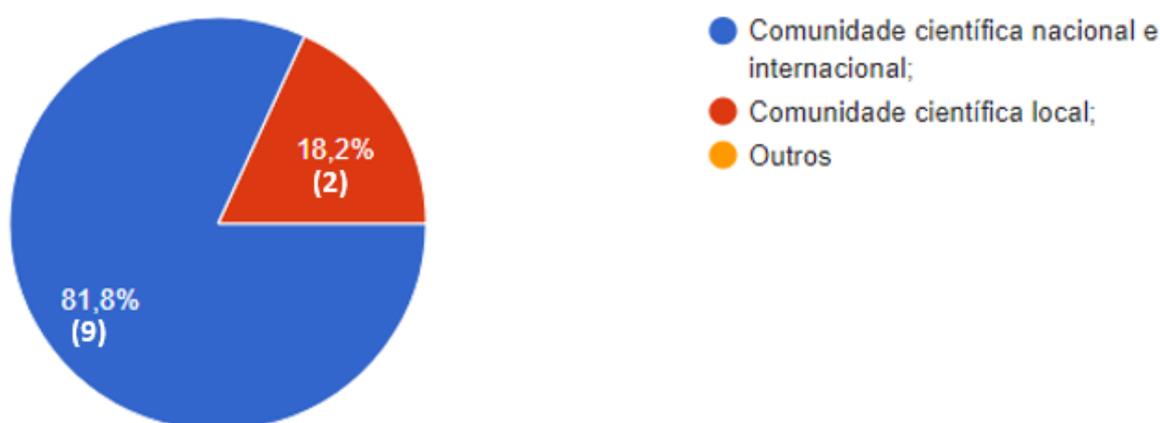
#### 4.1 SOBRE O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Esta primeira seção é composta por 10 perguntas, buscou conhecer e entender sobre as características e a estrutura do repositório institucional em questão. As perguntas nos permitiram identificar informações como o tipo de público, tamanho do acervo disponível, período que está em funcionamento, software utilizado, formas de organização e motivações que levaram a instituição a criar o RI dentre outros.

O primeiro quesito de análise foi a natureza do uso do RI, que tinha por objetivo identificar o perfil do público que utiliza o repositório, neste contexto, apresenta-se que:

Gráfico 1 - Natureza de uso do Repositório Institucional

NATUREZA DE USO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



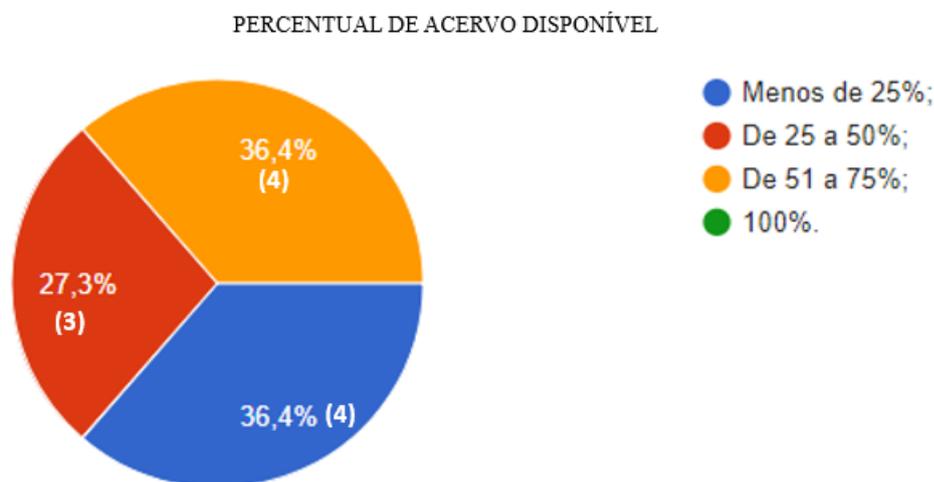
Fonte: Autora (2018).

Constatou-se que a maioria dos repositórios são destinados a serem utilizados pela comunidade científica nacional e internacional. Tal aspecto não nos causou surpresa, haja vista que esses instrumentos em geral estão disponíveis na rede mundial de computadores e comumente preconizam o acesso aberto e sem limites. É importante mencionar que com base na Declaração BOAI, entende-se acesso aberto possibilita “a qualquer utilizador ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos”.

A segunda pergunta investigou o quanto o acervo da instituição está disponível para a comunidade/usuários. Conforme dados apresentados no quadro abaixo é possível verificar que

4 universidades têm menos de 25% de seu acervo disponível, consideramos estes números são bastante baixos e preocupantes, visto que a produção acadêmica e técnica cresce exponencialmente a cada ano.

Gráfico 2 – Percentual de acervo disponível

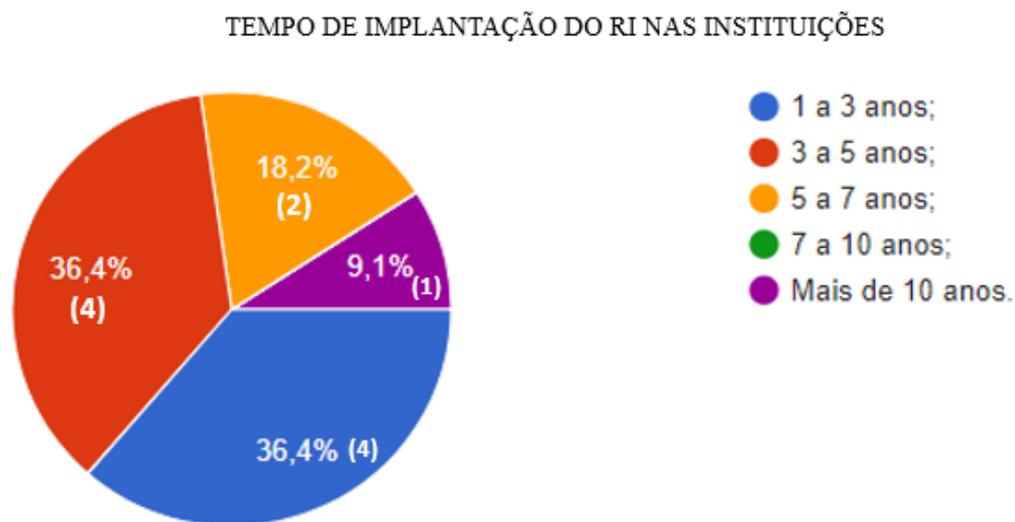


Fonte: Autora (2018).

Ao cruzarmos os dados dos RIs que possuem menos de 25% de seu acervo com o tempo de implantação foi possível verificar que, curiosamente, das 4 instituições que possuem "menos de 25 %", duas estão em funcionamento entre "5 a 7 anos", uma de "3 a 5 anos" e a outra instituição de "1 a 3 anos". Isso demonstra resultados inesperados, visto que as instituições que possuem menos de 25% do acervo não necessariamente são RI novos. Estes números são bastante baixos e preocupantes, ao passo que a produção acadêmica cresce exponencialmente a cada ano.

A terceira pergunta é alusiva ao tempo que o RI está implantado na instituição, os dados são apresentados abaixo.

Gráfico 3 – Tempo de implantação do RI nas instituições

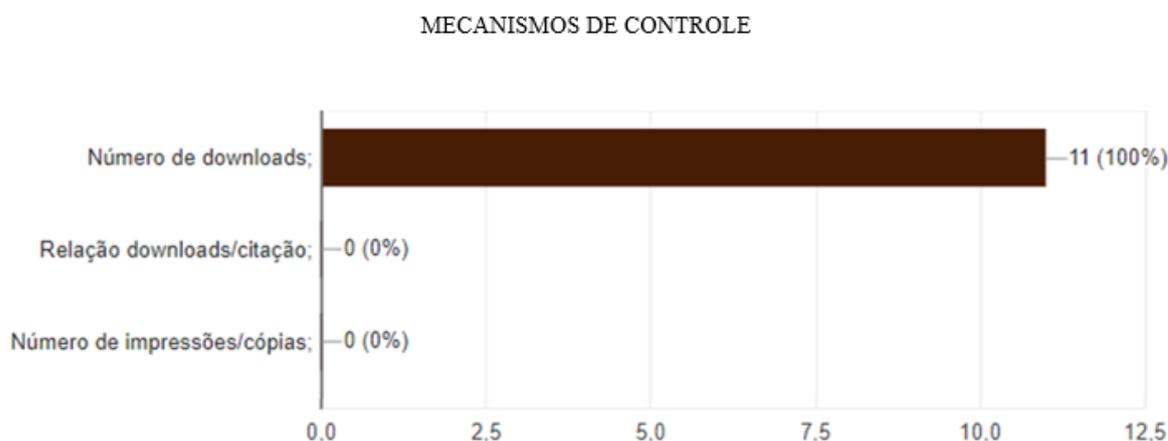


Fonte: Autora (2018).

A partir da análise do gráfico 3 é possível inferir o RI é ainda bastante recente na maioria das instituições respondentes, ainda que o projeto de implementação de Repositórios Institucionais tenha sido iniciado há 10 anos, com a doação dos kits tecnológicos pelo IBICT.

Verificamos na questão 4 os mecanismos de controle dos RI. Dentre as quatro opções de respostas, observamos o seguinte percentual:

Gráfico 4 - Mecanismos de controle



Fonte: Autora (2018).

A existência de mecanismos estatísticos de acesso foi o tema abordado na quarta questão, na qual 100% das respostas informa que o mecanismo utilizado é o ‘*números de downloads*’.

A quinta e sexta perguntas procuraram detectar se o RI foi desenvolvido em software livre e caso fosse afirmativo, qual seria esse software escolhido. A quinta questão revelou que todos os respondentes (11 universidades) utilizam software livre. A partir das respostas afirmativa, por meio da sexta questão, podemos observar no gráfico 5 os softwares utilizados:

Gráfico 5 – Software utilizado para criação do Repositório Institucional



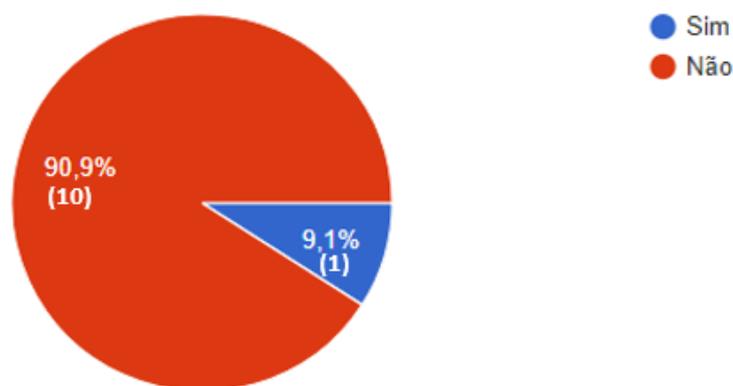
Fonte: Autora (2018).

Diante do exposto, verifica-se que todas as instituições usam softwares livre e todas utilizam o software DSpace, que fazia parte dos *kits tecnológicos* distribuídos pelo IBICT em 2008/2009.

A sétima pergunta buscou detectar se algum RI realiza processo de avaliação do impacto/satisfação dos usuários, 10 de 11 respondentes afirmaram que não realizam este tipo de avaliação, conforme pode ser visualizado no gráfico 6:

Gráfico 6 – Processo de avaliação do impacto/satisfação dos usuários

## PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO/SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS



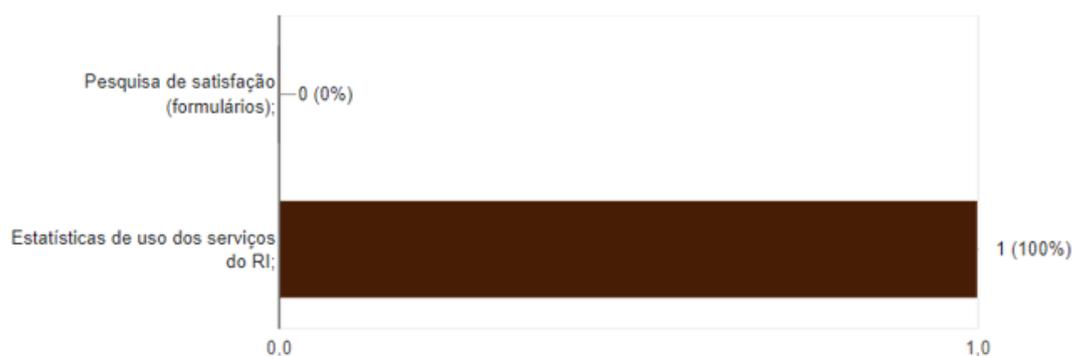
Fonte: Autora (2018).

Este resultado se mostra preocupante, uma vez que a avaliação de satisfação possibilita uma comunicação entre usuário e a gestão do RI. A partir dessas pesquisas é possível identificar se o RI está funcionando da melhor forma e se está atendendo as necessidades dos usuários.

A oitava questão complementou a anterior ao questionar qual era instrumento utilizado caso a avaliação fosse feita. Neste contexto, as possibilidades de resposta e resultado se configuram conforme exposto no gráfico 7:

Gráfico 7 – Instrumentos de avaliação do Repositório Institucional

## INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



Fonte: Autora (2018).

A única universidade que realiza avaliação do impacto/satisfação dos usuários utiliza *estatísticas de uso de serviços*. É importante que as universidades utilizem diferentes ferramentas de avaliação do repositório é a partir dessas ferramentas que identificamos as necessidades dos usuários bem como sugestões de melhorias.

A nona questão buscou identificar como é organizado o RI segundo sua estrutura. O questionário apresentava 5 opções de resposta, sendo a última (Outros) discursiva. Deste modo, apresenta-se na próxima página:

Gráfico 8 - Organização do Repositório Institucional



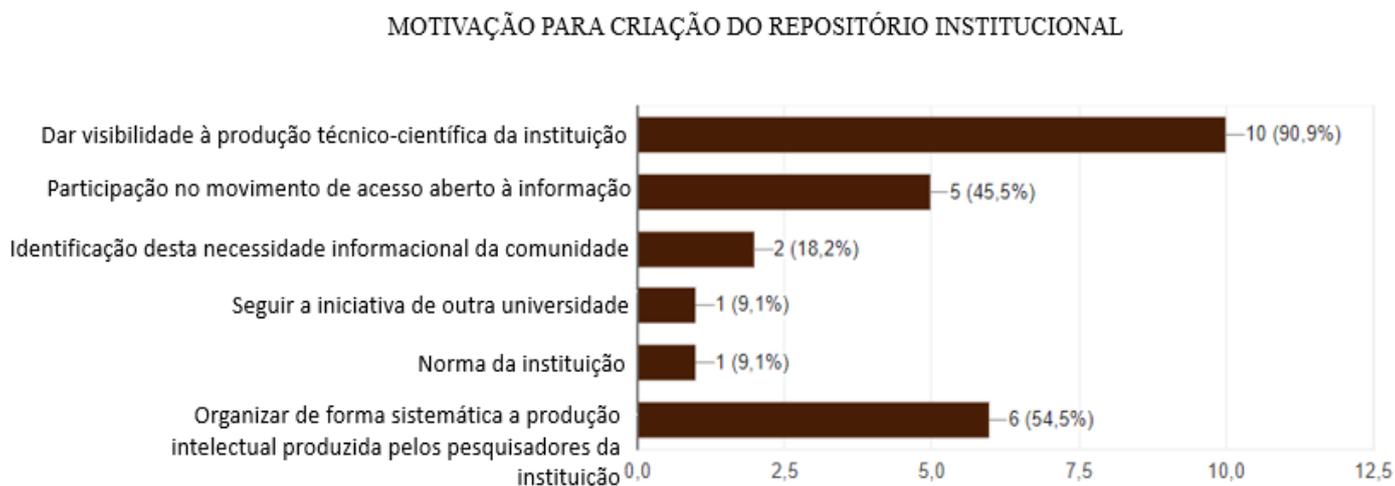
Fonte: Autora (2018).

Infere-se que 81,8% (9 repositórios) são organizados a partir de unidades orgânicas (escolar, departamentos e centros de pesquisa). Na opção “outros”, onde era possível o respondente escrever, obtivemos duas respostas. A primeira informou que organização ocorre por categorias e dentro de cada uma por tipologia documental. Na segunda, o respondente indicou: “estrutura mista: unidades orgânicas, e áreas do conhecimento (por um erro de precisão), mas ainda este semestre mudaremos para duas grandes comunidades Produção científica e Produção administrativa.”.

Podemos observar que a maioria das instituições são estruturadas a partir de unidades orgânicas (escolar, departamentos e centros de pesquisa). Fica a critério da instituição como o RI deverá ser organizado, porém a definição dessa estrutura deverá ser descrita na política do RI.

A décima pergunta buscou analisar a maior motivação para a criação do RI para a instituição. Esta questão foi de múltipla escolha, permitindo assinalar mais de 1 opção. Deste modo, as maiores motivações estão explicitadas no gráfico 9, a seguir:

Gráfico 9 – Motivação para criação do Repositório Institucional



Fonte: Autora (2018).

É possível concluir a partir dos dados, que para as instituições, *dar visibilidade à produção técnico-científica* é uma das maiores motivações para a criação do RI (90,9%), seguido por *Organizar de forma sistemática a produção intelectual produzida pelos pesquisadores da instituição* (54,5%) e por *Participação no movimento de acesso aberto à informação* (45,5%). Com base em Rodrigues et.al. (2004, p. 1) o RI possui dois aspectos principais, sendo o segundo permitir a visibilidade da produção acadêmica da universidade.

## 4.2 SOBRE A POLÍTICA DO RI

Esta segunda seção é composta por 8 perguntas e buscou entender mais sobre a Política do RI, com o objetivo de identificar quais as diretrizes e normativas cercam o repositório. As perguntas nos permitiram compreender se a instituição possui uma política, se ela é utilizada, se é de fácil acesso aos usuários, se há atualizações, identificação de normas e procedimentos dentre outros.

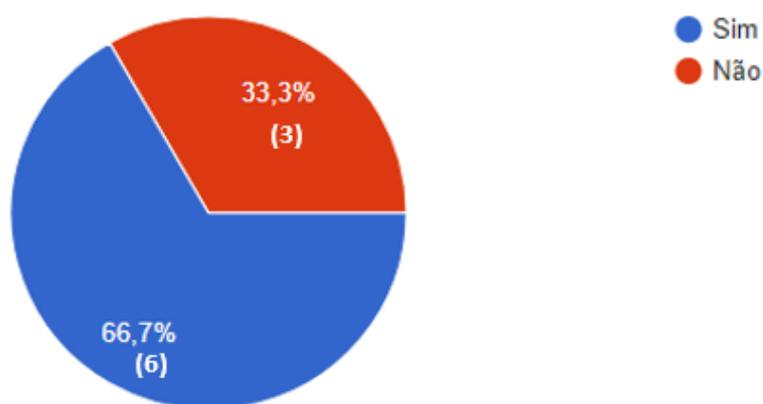
Seguindo a sequência numérica, na décima primeira questão levantada buscou detectar se na instituição existe um documento oficial intitulado “*Política de RI*”. Com possibilidades de resposta categorizadas como “sim” e “não”, os resultados demonstram que 9 instituições

(81,8%) possuem a Política de Repositório Institucional formalizada, enquanto 2 instituições (18,2%) não possuem esse documento oficial.

A política é fundamental para uma boa gestão do RI é a partir dela que os funcionários/equipe poderão se pautar em decisões do dia a dia, assim como regras de funcionamento. Se o respondente assinalasse “sim” nesta questão, era direcionado a décima segunda pergunta, que buscava identificar se a política é efetivamente utilizada pelos gestores (ver gráfico 10).

Gráfico 10 – Uso efetivo da Política de Repositório Institucional

USO EFETIVO DA POLÍTICA DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

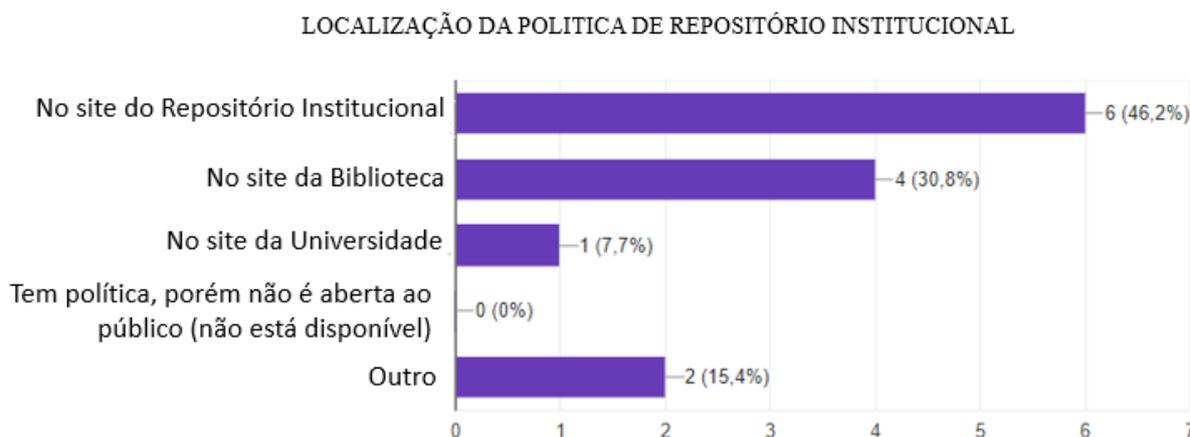


Fonte: Autora (2018).

No gráfico 10 podemos observar que 3 instituições possuem política e não a utilizam de fato. Este dado pode ser avaliado sob dois vieses: o primeiro infere que a política pode não atender a real prática de trabalho e necessidade dos profissionais que atuam na gestão do RI e por outro lado, pode representar uma infração as regras explícitas adotadas pela organização. Ambos são preocupantes porque não garantem uma normatização do trabalho realizado e uma efetiva prática de gestão do conhecimento.

A décima terceira questão procurou localizar em qual ambiente institucional a política se encontra disponível para acesso aos usuários. As possibilidades e respostas podem ser observadas no gráfico 11, a seguir:

Gráfico 11 – Localização da Política de Repositório Institucional



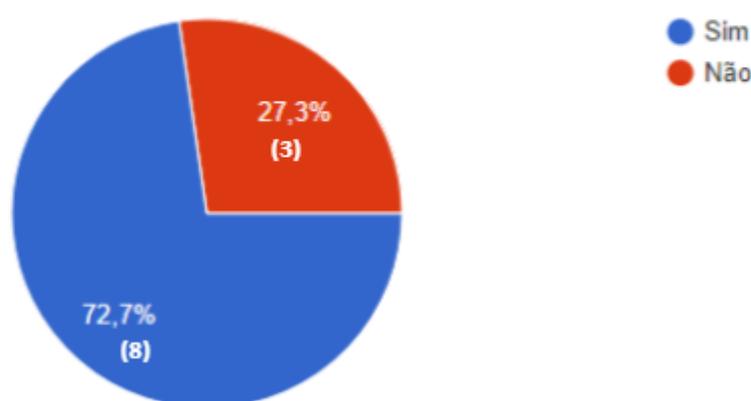
Fonte: Autora (2018).

Por meio do gráfico 11 é possível identificar, que na maioria dos casos, este documento está disponível no próprio RI e consideramos esta opção adequada.

Tal informação relaciona-se com questionamento da pergunta 14, que indaga aos respondentes se a disponibilização da política facilita a utilização do repositório, conforme pode ser observado no gráfico 12:

Gráfico 12 – Disponibilização e facilitação no uso da Política de Repositório Institucional

DISPONIBILIZAÇÃO E FACILITAÇÃO NO USO DA POLÍTICA DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



Fonte: Autora (2018).

Pensamos que a fácil localização deste documento permite ao usuário esclarecer o propósito e funções do repositório, contribuindo assim, para sua melhor utilização. No entanto,

é importante indicar que a Política é um instrumento interno que não impede ou causa problemas ao usuário ao não ser disponibilizada.

Na questão décima quinta procurou-se analisar se existe uma política de RI informal na organização. Obtivemos como resultado 9 (81,8%) instituições que responderam não possuir política informal e 2 (18,2) instituições que assinalaram “*sim*”, exatamente o mesmo número de instituições que indicaram ao início dessa seção (pergunta 11), que não possui política formal, o que demonstra que, ainda que não haja uma política institucionalizada, foram criados procedimentos padrões para a gestão dos repositórios.

Por meio da décima sexta pergunta procuramos averiguar qual o intervalo temporal firmado pela instituição para o processo de atualização da Política de RI (formal). A questão apresentava 5 possibilidades de resposta, sendo a última discursiva (Outros).

Gráfico 13 – Atualização da Política de Repositório Institucional



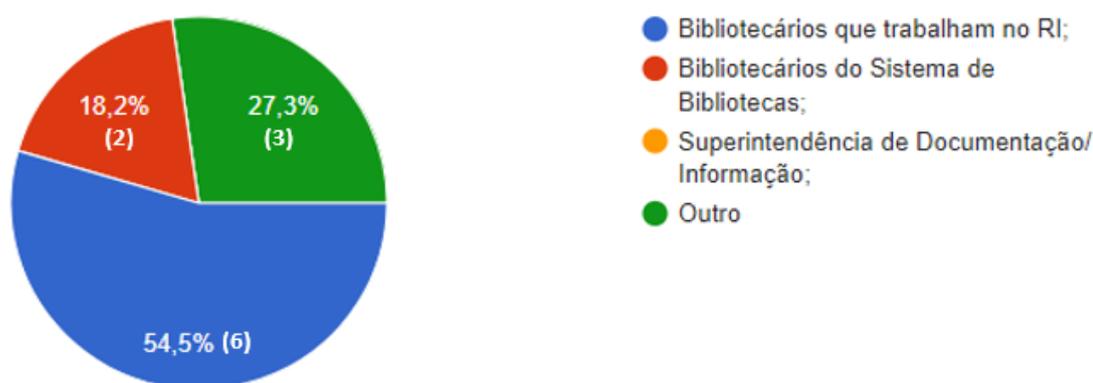
Fonte: Autora (2018).

É significativo enfatizar que os dados coletados nos mostram que não existe uma média temporal de atualização deste documento nas instituições. Em algumas até foi afirmado que não há atualização alguma. Este dado é preocupante, pois consideramos que deve haver uma constante preocupação em ajustar/melhorar os procedimentos e processos. Igualmente é necessário indicar que enquanto veículo de comunicação científica o RI deve refletir seus fluxos, mutações, modos de operação e atualizações. Ademais, enquanto ferramenta tecnológica, deve haver compasso com o desenvolvimento tecnológico. Tais práticas podem ajudar em aspectos como preservação digital e melhor recuperação da informação.

No décimo sétimo quesito, buscou-se identificar o responsável pela construção da Política do RI (formal). De acordo com o gráfico 14, a responsabilidade da gestão ocorre da seguinte forma:

Gráfico 14 – Responsabilidade pela elaboração da Política de Repositório Institucional

RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

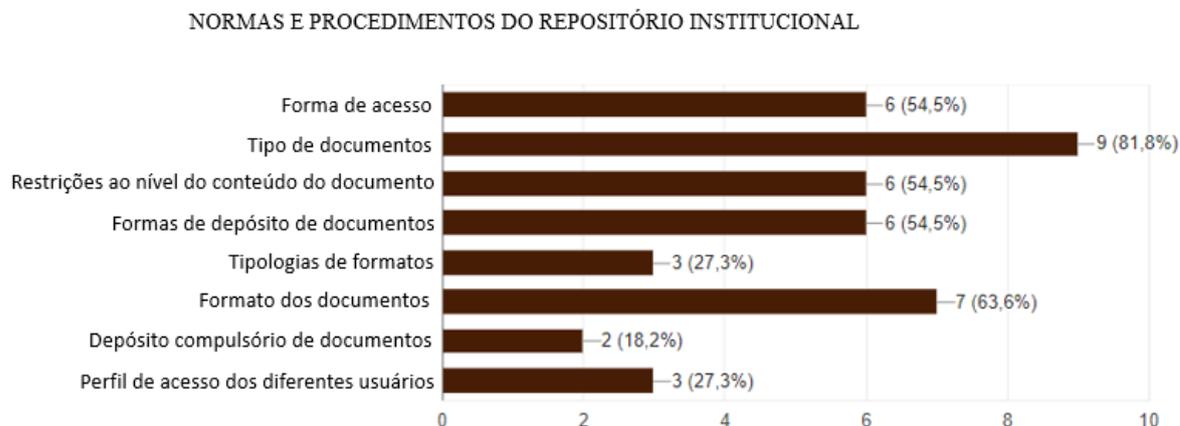


Fonte: Autora (2018).

A opção “outros” alcançou 27,3%, ou seja, 3 respostas distintas, sendo a primeira instituição indicando que foi o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A segunda observamos uma resposta incompleta, que não permite a identificar a responsabilidade e a terceira resposta informando que “a iniciativa partiu a partir da dissertação de uma bibliotecária do quadro”. A partir desses dados é possível verificar ativa participação do profissional bibliotecário na construção deste importante documento de gestão. Sendo assim, Prudencio (2015, p.18) aponta que “embora os conhecimentos teóricos e técnicos do bibliotecário sejam importantes para o bom desempenho de qualquer Biblioteca, a condução administrativa é fundamental.”

A última pergunta desta seção, a décima oitava, questionava quais normas e procedimentos que o RI dispunha. Esta questão permitia a seleção de mais de um tipo de resposta e apresentou o seguinte quantitativo (Gráfico 15):

Gráfico 15 – Normas e procedimentos do Repositório Institucional



Fonte: Autora (2018).

Por meio do gráfico 15 é possível perceber que as instituições possuem bem estruturadas suas diretrizes documentais e de acesso, ainda que não possuam políticas de Repositório institucional formalizadas. Tais mecanismos são fundamentais tanto para o gerenciamento da plataforma, como para a melhor recuperação dos documentos e maior visibilidade da produção institucional.

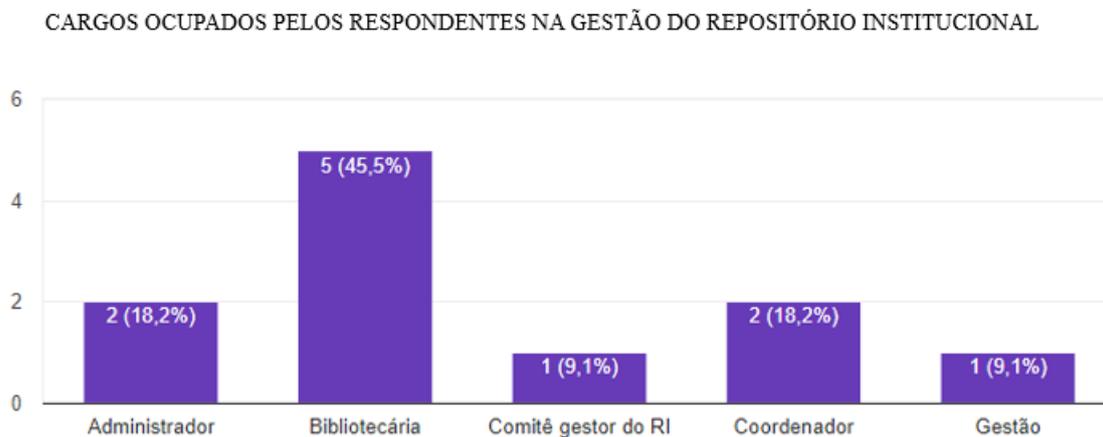
#### 4.3 SOBRE A GESTÃO DO RI

Esta terceira seção, composta por 11 perguntas, buscou entender mais sobre a *Gestão do RI*, com o objetivo de conhecer mais sobre a equipe gestora do RI, bem como suas funções e responsabilidades. As perguntas nos permitiram observar sobre questões como, qual o cargo ocupado pelo respondente do questionário, quais profissionais formam a equipe do RI, assim como a identificação da atuação do bibliotecário na gestão do RI (período de atuação, atividades realizadas, participação no planejamento e implantação) dentre outras.

A décima nona pergunta buscou identificar qual o cargo ocupado pelo respondente do questionário na gestão do RI. Esta questão foi discursiva e, com base na análise das respostas informadas, constatamos: 2 administradores; 5 bibliotecários; 1 comitê gestor; 2 coordenações; 1 gestão (ver gráfico 16).

É importante destacar que ocupar a posição de administrador ou coordenador não impede que o profissional seja bibliotecário. No entanto, estávamos interessados em verificar se os responsáveis pela gestão do RI recebiam indicação de cargo diferenciado e também se todos os profissionais tem autorização para responder pesquisas como a que se desenvolve.

Gráfico 16 – Cargos ocupados pelos respondentes na gestão do Repositório Institucional



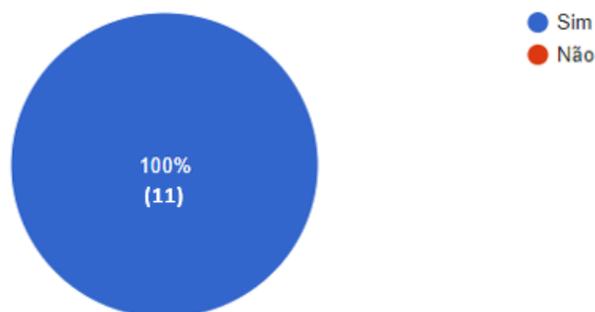
Fonte: Autora (2018).

É interessante ressaltar que os e-mails utilizados para envio do questionário foram obtidos nos sites, desta forma, entendemos que existem bibliotecários no contato com o público e também que os profissionais estão atentos as demandas recebidas via e-mail.

A vigésima pergunta questionou se os bibliotecários foram envolvidos no planejamento e implementação do RI. A pergunta de “sim” ou “não” obteve o seguinte resultado, de acordo com o gráfico 17:

Gráfico 17 – Participação dos bibliotecários no planejamento e implantação do Repositório Institucional

PARTICIPAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL



Fonte: Autora (2018).

O dado revela que o bibliotecário possui um papel importante na gestão do RI e que seus conhecimentos técnicos e de gestão estão sendo utilizados para a construção deste importante instrumento que é o repositório.

A vigésima primeira pergunta buscou determinar quantos profissionais de cada categoria informada trabalham na administração do RI, tais dados podem ser visualizados no quadro 3.

Quadro 3 – Quantitativo de profissionais na gestão do Repositório Institucional

	Bibliotecários	Arquivistas	Estagiários	Analistas de TI	Auxiliar Administrativos	Outros	Nº total de funcionários	Nº de bibliotecários é suficiente?
Resposta 1	6	1	0	4	2	0	13	Não
Resposta 2	1	0	3	1	3	0	8	Não
Resposta 3	2	0	1	2	1	0	6	Não
Resposta 4	1	0	0	1	3	1	6	Sim
Resposta 5	1	0	0	1	2	1	5	Sim
Resposta 6	4	0	0	1	0	0	5	Não
Resposta 7	3	0	0	1	1	0	5	Não
Resposta 8	1	0	0	1	2	0	4	Não
Resposta 9	1	0	1	0	2	0	4	Não
Resposta 10	1	0	0	1	1	0	3	Sim
Resposta 11	1	0	0	0	0	1	2	Não

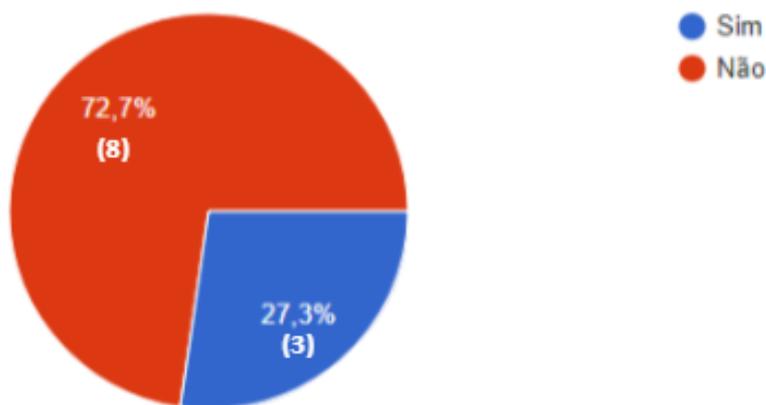
Fonte: Autora (2018).

A partir destes foi possível analisar que em todas as respostas o profissional Bibliotecário está presente, o que reforça a suma importância desse profissional para uma boa gestão do RI. Também nos permitiu identificar a necessidade de uma equipe multidisciplinar para o bom funcionamento do repositório. Neste contexto, quanto ao número total de profissionais envolvidos na administração do RI, verifica-se de 2 a 13 funcionários totais, destacando-se a presença de bibliotecários e analistas de TI.

A vigésima segunda pergunta questionou se o número de bibliotecários é suficiente para a demanda de trabalho do RI. Com possibilidade de resposta “sim” ou “não”, obteve o seguinte quantitativo (gráfico 18):

Gráfico 18 – Número de bibliotecário x demanda de trabalho

## NÚMERO DE BIBLIOTECÁRIO X DEMANDA DE TRABALHO



Fonte: Autora (2018).

Na vigésima terceira pergunta, cujas respostas deveriam ser informadas de forma discursiva, analisou-se o tempo que o bibliotecário atua na gestão de RI. No quadro 4 abaixo, é possível comparar o tempo de existência do RI com o tempo de atuação em RI do gestor que respondeu ao questionário.

Quadro 4 – Comparativo tempo de implementação do RI x tempo de atuação do bibliotecário

	Tempo de existência do RI?	Tempo de atuação do gestor?
<b>Resposta</b>	+ 10 anos	6 anos
<b>Resposta</b>	5 a 7 anos	6 anos
<b>Resposta</b>	5 a 7 anos	18 meses
<b>Resposta</b>	3 a 5 anos	5 anos
<b>Resposta</b>	3 a 5 anos	Desde implantação
<b>Resposta</b>	3 a 5 anos	Desde implantação
<b>Resposta</b>	3 a 5 anos	3 anos
<b>Resposta</b>	1 a 3 anos	5 anos
<b>Resposta</b>	1 a 3 anos	3 anos
<b>Resposta</b>	1 a 3 anos	2 anos
<b>Resposta</b>	1 a 3 anos	2 anos

Fonte: Autora (2018).

Identificamos que a maioria dos gestores possui o tempo de atuação próximo ao tempo de existência do RI, tal dado sugere que existe uma agenda de trabalho sendo construída e consideramos que esta continuidade é boa e importante tanto no que tange a unidade e desenvolvimento da equipe quanto pelas práticas de gestão do conhecimento que podem ser desenvolvidas e testadas.

A vigésima quarta pergunta, exemplificou algumas atividades desempenhadas pelos bibliotecários na gestão do RI, permitindo ao respondente marcar múltiplas opções e acrescentar alguma função não contemplada por meio da opção “outros”. Podemos identificar os dados obtidos, no quadro 5, a seguir:

Tabela 1 – Atividades dos bibliotecários nos RIs

<b>Atividades dos bibliotecários na gestão dos RIs:</b>	<b>Percentual</b>
Conferência dos depósitos dos documentos (Teses, dissertações etc.)	81,8% (9)
Inserção dos metadados dos documentos (Teses, dissertações, monografias)	54,5% (6)
Validação de metadados	81,8% (9)
Verificação de licenciamentos	72,7% (8)
Controle de autoridade	54,5 % (6)
Indexação	54,5 % (6)
Cadastro e Edição de perfis de usuários	36,4% (4)
Revisão/aprovação do autoarquivamento/autosubmissão	72,7% (8)
<b>Outros: “Atualização de políticas, melhorias de acesso ao RI”</b>	9,1% (1)
<b>Outros: “Definição da arquitetura do RI, Acompanhamento da Política, Pesquisa de artigos para inserção”</b>	9,1% (1)
<b>Outros: “Treinamento para secretarias dos cursos de graduação”</b>	9,1% (1)
<b>Outros: “Atualização e personalização”</b>	9,1% (1)
<b>Outros: “Elaboração de políticas”</b>	9,1% (1)
<b>Outros: “Atendimento a solicitação de documentos que não estão em acesso aberto”</b>	9,1% (1)

Fonte: Autora (2018).

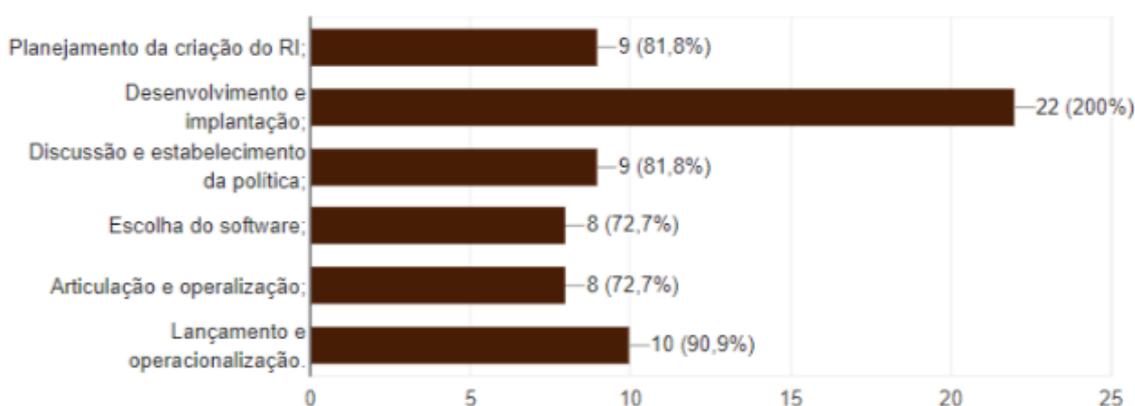
Pode-se verificar que os bibliotecários desenvolvem uma diversidade de atividades e tal dado reforça a importância deste profissional na gestão do RI. Verifica-se uma concentração nas atividades relacionadas a tratamento documental e verificação dos licenciamentos

relacionados a direito autoral. Esse segundo aspecto indica que a atuação em RI vem demandando aos bibliotecários novos saberes e competências.

A pergunta 25 e 26 buscaram identificar as atividades nas quais os bibliotecários foram envolvidos no período que antecede o lançamento do RI e pós a implementação do repositório. Os gráficos a seguir demonstram os resultados obtidos:

Gráfico 19 – Atividades desenvolvidas pelo bibliotecário no período que antecede o lançamento do RI

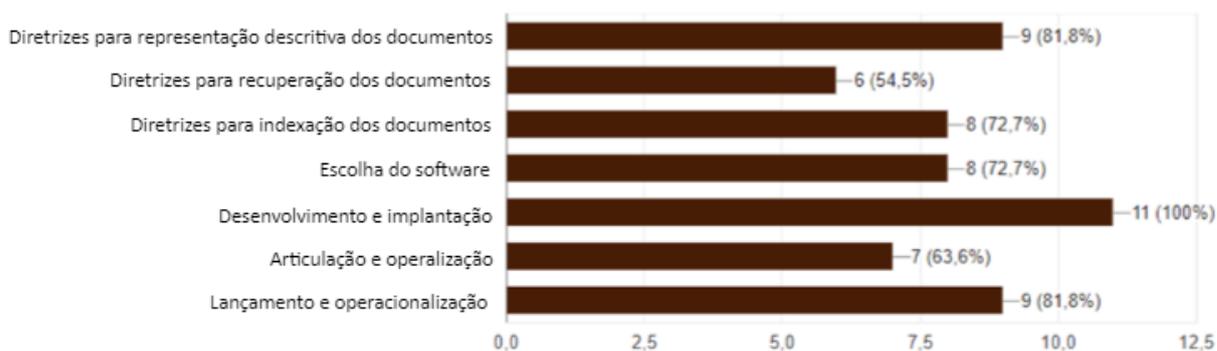
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO BIBLIOTECÁRIO NO PERÍODO QUE ANTECEDE O LANÇAMENTO DO RI



Fonte: Autora (2018).

Gráfico 20 – Atividades desenvolvidas pós implementação do RI

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO BIBLIOTECÁRIO PÓS IMPLEMENTAÇÃO DO RI



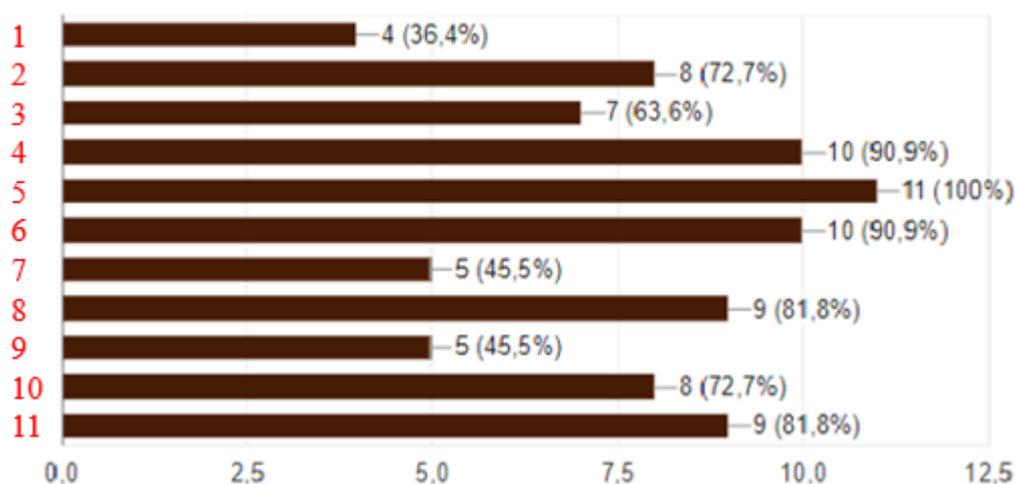
Fonte: Autora (2018).

Os dados reforçam a atuação do bibliotecário e confirmam que os mesmos são fundamentais tanto no planejamento quanto na implementação e gestão do RI. Operam em múltiplos papéis, ou seja: responsáveis pelas práticas biblioteconômicas, mediadores e como gestores.

A questão 27 procura saber dos respondentes quais as competências consideram necessárias à um bibliotecário que atue com gestão de Repositórios Institucionais. Segundo exposto no gráfico 21, para esta pergunta de múltiplas possibilidades de resposta, os resultados obtidos foram:

Gráfico 21 – Competências do bibliotecário gestor de RIs

COMPETÊNCIAS DO BIBLIOTECÁRIO GESTOR DE RIs



- |  |   |
|--|---|
| <b>1 - Conhecimento aprofundado da Internet, dos seus serviços e potencialidades</b>   | <b>6 -</b> Conhecimentos básicos sobre o funcionamento e gestão de redes e sistemas operativos;   |
| <b>2 -</b> Conhecimento e capacidade de trabalho com as diversas “normas” emergentes-SGML, HTML, Z39.50, etc.  | <b>7 - Capacidade para criar e gerir conteúdos na World Wide Web (HTML, etc.);</b>  |
| <b>3 - Excelência na utilização das diversas ferramentas de pesquisa de informação na Internet</b>   | <b>8 -</b> Capacidade para usar e avaliar software e hardware diversos;   |
| <b>4 -</b> Conhecimento dos métodos, técnicas e normas de digitalização e/ou criação de documentos multimídia e da sua disponibilização para o público (interfaces, design, etc.); | <b>9 -</b> Conhecimentos e capacidade para criar e assegurar o funcionamento de serviços de ajuda e referência online e materiais de formação para utilização remota; |
| <b>5 - Capacidade para avaliar e organizar recursos eletrônicos;</b>   | <b>10 -</b> Conhecimentos sobre arquitetura da informação;  |
|  | <b>11 -</b> Conhecimentos sobre normas de descrição bibliográfica.  |

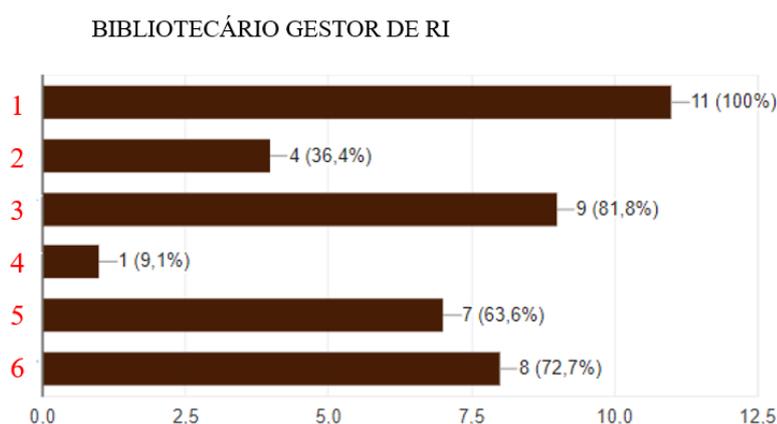
Fonte: Autora (2018).

Tais resultados demonstram a necessidade de um profissional atualizado, com as novas tecnologias, afinal o mundo cada vez mais está se tornando digital. Atualmente, o bibliotecário

conquistou novos campos de atuação, e com o crescimento exponencial das informações, esse profissional especializado está sendo cada vez mais solicitados nesses novos ramos da biblioteconomia.

A vigésima oitava questão complementa o entendimento dos resultados anteriores ao questionar o porquê considerar que o bibliotecário deve atuar na implementação e manutenção do RI. A estrutura da questão permitia a escolha de mais de uma alternativa e os resultados obtidos se configuram conforme gráfico a seguir (gráfico 22):

Gráfico 22 – Bibliotecário gestor de RI



1 - Os bibliotecários possuem competência nas questões relacionadas a organização da informação;

2 - As bibliotecas detêm a 'legitimidade' para obter e armazenar material institucional;

3 - Os bibliotecários possuem expertise para elaboração de políticas de formação, desenvolvimento e gestão de coleções;

4 - *Outros*: "As bibliotecas não são espaços adequados para receber material digital;"

5 - A biblioteca é a instância organizacional mais ligada às questões da comunicação científica e da gestão da informação científica propriamente dita;

6 - As bibliotecas podem centralizar o armazenamento e a preservação da informação digital.

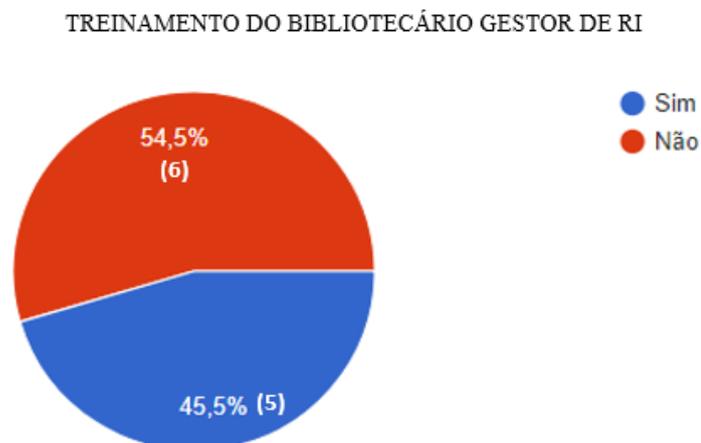
Fonte: Autora (2018).

Dentre as opções, os representantes dos repositórios destacam que os bibliotecários são os profissionais que possuem competência nas questões relacionadas a organização da informação (100% das respostas), possuem expertise para elaboração de políticas de formação, desenvolvimento e gestão de coleções (81,8%) e que os bibliotecários e bibliotecas são capazes de centralizar o armazenamento e a preservação da informação digital de forma adequada (72,7%).

A última pergunta desta seção e do questionário, a vigésima nona, procurou analisar se os bibliotecários que atuam na gestão do RI receberam algum treinamento específico para este

tipo de trabalho. Com as possibilidades de resposta “sim” ou “não”, alcançou o seguinte resultado:

Gráfico 23 – Treinamento do bibliotecário gestor de RI



Fonte: Autora (2018).

Conforme exposto no gráfico, ainda há um maior percentual que não recebeu treinamento. Desta forma, nosso estudo indica que considera muito importante que as instituições ofereçam treinamento para seus colaboradores. Esta atividade vai permitir uma maior qualificação para o trabalho e revela um investimento no profissional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou seu objetivo geral, ou seja, conseguiu identificar que de um universo de 11 respondentes, 9 repositórios possuem política de gestão. É importante destacar que o universo total inventariado foi de 19 universidades e destas 14 possuem repositórios institucionais em funcionamento. Também foi possível verificar nestas políticas e a partir do questionário aplicado que os bibliotecários possuem um papel relevante neste contexto.

O repositório institucional é um instrumento capaz de suprir a falta de divulgação da produção acadêmica das universidades e salvaguardar a memória da produção institucional. Neles podem ser depositados as produções acadêmicas e toda comunidade científica nacional e internacional pode ter acesso a estas de forma integral e gratuita. Neste contexto torna-se aconselhável que o RI tenha e gerencie sua política de forma eficiente e eficaz.

Esse estudo compreende que uma eficiente gestão de Repositórios Institucionais deve contar com uma boa infraestrutura tecnológica, conhecimentos técnicos, gestores especializados e com uma eficiente condução administrativa. Neste sentido é importante o estabelecimento de diretrizes que deixem claro a finalidade, norteiem os padrões, os procedimentos, as tipologias que serão incorporadas e as atividades que cada um dos trabalhadores realizarão e, sobretudo, deixe clara a articulação entre estas tarefas.

A partir da consulta às 9 políticas identificadas foi possível verificar menções diretas ao papel e atividades da biblioteca e dos bibliotecários como parte da equipe gestora e executora das diversas atividades que integram o complexo funcionamento e operação de um RI. Analisando os dados levantados a partir da aplicação do questionário, foi possível verificar que os bibliotecários foram envolvidos desde o planejamento e que na maioria dos casos ocupam o cargo de gestor do RI. Apresentada tais perspectivas entendemos que cumprimos nosso primeiro objetivo específico.

Observamos que profissionais como arquivistas e analistas de TI não são frequentemente mencionados como parte da equipe técnica de gestão do RI pelos 11 respondentes de nossa pesquisa. O mesmo não ocorre com o bibliotecário que em 100% dos casos é citado como membro da equipe, inclusive alguns gestores indicam o atual número de profissionais não é suficiente para suprir toda a demanda de trabalho.

A partir das respostas obtidas foi possível verificar que os bibliotecários desempenham diversas atividades, tais como: definição e revisão de metadados, controle de autoridade, arquitetura da informação, indexação, conferência dos depósitos dos documentos, verificação

dos licenciamentos, revisão/aprovação do autoarquivamento, dentre outras. Sendo assim alcançamos nosso segundo objetivo específico.

A diversidade de atividades acima mencionadas indica os múltiplos conhecimentos e habilidades que este profissional deve possuir para trabalhar na gestão de um RI.

A não existência de uma política, bem como, a não participação de um bibliotecário na gestão de um repositório institucional, pode provocar desarticulações entre os objetivos, os processos do ciclo documentário e o funcionamento do mesmo.

Este trabalho permitiu uma descoberta maior que a inicialmente planejada, ou seja, a riqueza do trabalho dos bibliotecários e sua variada atuação. Mais que profissionais mencionados nas políticas, estes atores são os verdadeiros protagonistas na implementação, manutenção e gestão dos RI no Brasil.

As limitações dos resultados obtidos nesse trabalho estão principalmente relacionadas a não aplicação do questionário a uma população teste. Desta forma não conseguimos a tempo verificar algumas lacunas, bem como, excessos existentes no instrumento e que poderiam ter sido corrigidas, permitindo por exemplo compreender se os bibliotecários reconhecem a importância da existência de uma política.

Ressaltamos que esta pesquisa se limitou a identificar a existência de repositórios institucionais, políticas de RI e atividades dos bibliotecários neste contexto, considerando como *locus* de pesquisa as universidades públicas federais da região sudeste do Brasil. Sugerimos, portanto, estudos mais aprofundados sobre as políticas de RI, inclusive num contexto maior e sobretudo que haja maior debate e publicação sobre este importante instrumento de democratização do conhecimento científico que são os repositórios.

Por fim, a autora sugere que bibliotecários envolvidos em trabalhos relacionados a RIs publiquem seus relatos de experiência e compartilhem suas boas práticas, conhecimentos e desafios em eventos de modo a contribuir para o progresso científico da biblioteconomia.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, Lilian; AMARO, Bianca; ASSIS, Tainá Batista de. A participação do bibliotecário na gestão da informação e do conhecimento institucional. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos, FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (orgs.). **Bibliotecas do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2016. cap 5, p. 135-156.

AMANTE, Maria João. O bibliotecário como gestor do conhecimento: o caso dos repositórios. **Reciis**, v. 8, n. 2, p. 243-254, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17100/2/15.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

ANJOS, Cláudia Regina dos et al. Novas possibilidades de atuação do bibliotecário universitário no século XXI. In: ENCUESTRO DE BIBLIOTECAS EM TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN, 2014. **Anais...**Bogotá: [s.n.], 2014. Disponível em: <[https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn\\_20\\_bu\\_14/sn\\_20\\_bu\\_14/paper/view/151/12](https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14/paper/view/151/12)>. Acesso em: jun. 2018.

BAPTISTA, Ana Alice; COSTA, Sely Maria de Souza; KURAMOTO, Hélio; RODRIGUES, Eloy. Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis, n. esp., jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p1>>. Acesso em: maio 2018.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Translations. **Dez anos depois da Budapest Open Access Initiative: estabelecendo o Acesso Aberto como padrão**. [Budapeste, 2012?]. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>>. Acesso em: jun. 2018.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. esp., p. 1-12, 2010.

CORRÊA, Fabiano Couto. O papel dos bibliotecários na gestão de dados científicos. **Rev. digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p. 397-406, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646333>>. Acesso em: jun. 2018.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Histórico**. Rio de Janeiro, [2018] . Site da instituição. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/historico>>. Acesso em: jun. 2018.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Sobre a FINEP**. Rio de Janeiro, [2018] . Site da instituição. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/sobre-a-finep>>. Acesso em: jun. 2018.

GARCIA, Patrícia de Andrade Bueno; SUNYE, Marcos Sfair. O protocolo OAI-PMH para interoperabilidade em bibliotecas digitais. In: CONGRESSO DE TECNOLOGIAS PARA GESTÃO DE METADADOS DO CONE SUL, 1., 2003. **Trabalhos apresentados**, Ponta

Grossa: Universidade de Ponta Grossa, 2003. Não paginado. Disponível em: <[http://conged.deinfo.uepg.br/~iiconged/2003/Artigos/artigo\\_09.pdf](http://conged.deinfo.uepg.br/~iiconged/2003/Artigos/artigo_09.pdf)>. Acesso em: maio 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Anilza Rita de Souza; ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia. Análise das políticas de funcionamento de repositórios institucionais brasileiros. **Ponto de acesso**, salvador, v.11, n.1, p. 81-94, abr. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/21342>>. Acesso em: mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sobre o IBICT**: atuação. Brasília, c2012a. Site da instituição. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/apresentacao>>. Acesso em: jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sobre o IBICT**: missão. Brasília, c2012b. Site da instituição. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/missao-1>>. Acesso em: jun. 2018.

KURAMOTO, Hélio. Implantação de repositórios institucionais em universidades e instituições de pesquisa do Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (orgs.). **Repositórios institucionais**: democratizando o acesso ao conhecimento. Salvador: EDUFBA, 2010. cap 4, p. 61-69.

\_\_\_\_\_. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200010&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: maio 2018.

\_\_\_\_\_. Repositórios Institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luis et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. 365 p.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. 120 p.

LEITE, Fernando; AMARO, Bianca; BATISTA, Tainá; COSTA, Michelli. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012. 34 p.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Política de informação em ciência e tecnologia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 3-11, jul./dez. 1990. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/22601>>. Acesso em: jan. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório e trabalhos científicos**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARRA, Patrícia dos Santos Caldas. O papel das bibliotecas universitárias na comunicação científica: um estudo sobre os repositórios institucionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Rio de Janeiro, v.17, n. esp. 2, p. 174-194, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p174>>. Acesso em: maio 2018.

\_\_\_\_\_. Visibilidade dos repositórios institucionais brasileiros: análise de diretórios internacionais de acesso aberto. **Reciis**. Rio de Janeiro, v. 8, n.3, p. 330-343, set. 2014. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/672>>. Acesso em: jun. 2018.

MIRANDA, Izabel Antonina de Araújo; DELFINO, Jussara das Graças Miranda. Repositórios Institucionais: novos desafios para as bibliotecas e para os bibliotecários. **Bibl. Univ.**, Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 52-64, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/10712>>. Acesso em: jun. 2018.

MORESI, Eduardo. (org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2003. 108 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/49051503/MetodologiaPesquisa-Moresi2003>>. Acesso em: mai. 2018.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva. **Diretrizes curriculares nacionais e a construção de propostas curriculares inovadoras**: um estudo de cotejamento dos projetos políticos pedagógicos da UNIRIO e UFMG. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

RODRIGUES, Anielma Maria Marques Rodrigues; AZEVEDO, Alexander William. Perfil do gestor da informação em bibliotecas universitárias na Região Metropolitana do Recife. *Biblios*, [s.l.], n. 49, 2012. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/74>>. Acesso em: jun. 2018.

RODRIGUES, Eloy et al. RepositóriUM: criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8., Estoril, 2004. “**Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão**”: actas. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2004. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/422>>. Acesso em: jun. 2018.

SILVA, Luciana Mara. **Repositório institucional como sistema técnico-social: composição, ambiente e estrutura**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2014

SILVA JUNIOR, Laerte Pereira da.; MOTA, Valéria Gameleira da. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 41, n. 1, p.51-64, jan./abr., 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1351>>. Acesso em: jan. 2018.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. **Anais...**Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, Eliane Apolinário; SILVA, Talita Caroline Botelho Aleones da. O papel do bibliotecário na implementação de repositórios institucionais. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 86-94, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/10712>>. Acesso em: jun. 2018.

WEITZEL, Simone. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/19>>. Acesso em: mar. 2018.

## APÊNDICE A – LISTA DE ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Abaixo encontram-se os contatos das Universidades analisadas pela pesquisa. Em vermelho, destacam-se as instituições que não possuem repositório.

<b>Universidades Públicas Federais da Região Sudeste do Brasil</b>	<b>Endereços eletrônicos (e-mail) @:</b>
1. Universidade Federal do Espírito Santo / UFES	<a href="http://repositorio.ufes.br/feedback">http://repositorio.ufes.br/feedback</a> (link)
2. <b>Universidade Federal de Alfenas / UNIFAL-MG</b>	marlom.silva@unifal-mg.edu.br
3. Universidade Federal Itajubá / UNIFEI	repositorio@unifei.edu.br
4. Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF	repositorio@ufjf.edu.br
5. Universidade Federal de Lavras / UFLA	repositorio@biblioteca.ufla.br
6. Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG	repositoriodigital@ufmg.br
7. Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP	repositorio@ufop.br
8. <b>Universidade Federal de São João del Rei / UFSJ</b>	reitoria@ufsj.edu.br
9. Universidade Federal de Uberlândia / UFU	dirbi@dirbi.ufu.br
10. Universidade Federal de Viçosa / UFV	repositorio@ufv.br
11. <b>Universidade Federal do Triângulo Mineiro / UFTM</b>	biblioteca@uftm.edu.br
12. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / UFVJM	repositorio@ufvjm.edu.br
13. <b>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO</b>	atendimentobiblioteca@unirio.br
14. Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ	pantheon@sibi.ufrj.br
15. Universidade Federal Fluminense / UFF	riuff@id.uff.br
16. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ	<a href="http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/feedback">http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/feedback</a> (link)
17. Universidade Federal de São Carlos / UFSCar	repositorio@ufscar.br
18. Universidade Federal de São Paulo / UNIFESP	repositorio.unifesp@gmail.com
19. <b>Universidade Federal do ABC / UFABC</b>	servicos.biblioteca@ufabc.edu.br

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO****Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO**

Raíssa Tassinari Costa de Azevedo

Prof. Ma. Dayanne da Silva Prudêncio

Essa pesquisa tem por objetivo identificar quais universidades federais brasileiras da Região Sudeste possuem uma Política de Repositório Institucional e analisar a participação do bibliotecário neste contexto.

***I - Sobre o acervo do Repositório Institucional (RI):***

- 1) Qual a natureza do uso do RI?
  - ( ) Comunidade científica nacional e internacional;
  - ( ) Comunidade científica local;
  - ( ) Outro: \_\_\_\_\_
  
- 2) Qual percentual do acervo da instituição está disponível no RI:
  - ( ) Menos de 25%
  - ( ) De 25 a 50 %
  - ( ) De 51 a 75%
  - ( ) 100 %
  
- 3) A quanto tempo o RI foi implantado:
  - ( ) 1 a 3 anos;
  - ( ) 3 a 5 anos;
  - ( ) 5 a 7 anos;
  - ( ) 7 a 10 anos;
  - ( ) mais de 10 anos.
  
- 4) O RI dispõe de algum mecanismo estatístico dos acessos?
  - ( ) Número de downloads;
  - ( ) Relação downloads/citação;
  - ( ) Número de impressões/cópias;
  
- 5) ORI foi desenvolvido utilizando software livre?
  - ( ) Sim
  - ( ) Não

6) Caso tenha indicado sim na questão anterior, qual software?

- DSpace;
- Fedora;
- Eprints;
- Nou-Rau;
- Greenstone;
- Outro.

7) O RI realiza algum processo de avaliação do impacto/satisfação dos usuários em relação ao seu funcionamento?

- Sim  Não

8) Caso a resposta seja afirmativa, qual instrumento utilizado para avaliação do RI?

- Pesquisa de satisfação (formulários);
- Estatísticas de uso dos serviços do RI;
- Outro: \_\_\_\_\_

9) Como o RI é organizado?

- A partir de unidades orgânicas (escolas, departamentos e centros de pesquisa);
- A partir de assuntos;
- A partir de tipologias documentais;
- A partir de formatos;
- Outro: \_\_\_\_\_

10) Qual foi a maior motivação para a criação dos RI.

- Dar visibilidade à produção técnico-científica da instituição;
- Participação no movimento de acesso aberto à informação;
- Identificação desta necessidade informacional da comunidade;
- Seguir a iniciativa de outra universidade;
- Norma da instituição;
- Organizar de forma sistemática a produção intelectual produzida pelos pesquisadores da instituição;
- Outra.

II - Sobre a Política de Repositório Institucional:

11) Existe uma documentação oficial indicando a “Política de Repositório Institucional”?

- Sim  Não

12) Caso a resposta seja afirmativa, ela é efetivamente utilizada?

- Sim  Não

13) Essa política encontra-se disponível em qual ambiente?

- No site do Repositório Institucional
- No site da Biblioteca
- No site da Universidade
- Tem política, porém não é aberta ao público (não está disponível)
- Outro: \_\_\_\_\_

14) Em sua opinião a disponibilização da política facilita o acesso/uso do RI pelo usuário?

- Sim
- Não

15) Existe alguma política informal de repositório institucional?

- Sim
- Não

16) Qual o intervalo temporal firmado pela Instituição, para o processo de atualização da Política de Repositório Institucional (formal)?

- Não há atualizações;
- No mínimo mensalmente;
- No mínimo trimestralmente;
- Anualmente;
- Outro: \_\_\_\_\_

17) Quem foi o responsável pela construção da Política de Repositório Institucional (formal)?

- Bibliotecários que trabalham no RI;
- Bibliotecários do Sistema de Bibliotecas;
- Superintendência de Documentação/ Informação;
- Outro: \_\_\_\_\_

18) O Repositório Institucional dispõe de normas/procedimentos sobre:

- Forma de acesso;
- Tipo de documentos;
- Restrições ao nível do conteúdo do documento;
- Formas de depósito de documentos;
- Tipologias de formatos;
- Formato de documentos;
- Depósito compulsório de documentos;
- Perfil de acesso dos diferentes usuários.

III - Sobre a gestão do Repositório Institucional (RI):

19) Qual cargo você ocupa na gestão do RI?

\_\_\_\_\_.

20) Bibliotecários foram envolvidos no planejamento e implantação do RI?

Sim  Não

21) Quantos profissionais trabalham na administração do RI, informe em número:

- Bibliotecários;
- Arquivistas;
- Estagiários;
- Analistas de TI;
- Auxiliares administrativos;
- Outros: \_\_\_\_\_

22) Caso existam bibliotecários trabalhando na gestão do RI, o número de profissionais é suficiente para a demanda de trabalho?

Sim  Não

Justifique: \_\_\_\_\_

23) Caso existam bibliotecários atuando na gestão do repositório, estes atuam há quanto tempo?

- 1 a 3 anos;
- 3 a 5 anos;
- 5 a 7 anos;
- 7 a 10 anos;
- Mais de 10 anos.

24) Quais são as atividades que o bibliotecário realiza na gestão do RI?

- Conferência dos depósitos dos documentos (Teses, dissertações etc..);
- Inserção dos metadados dos documentos (Teses, dissertações, monografias);
- Validação de metadados;
- Verificação de licenciamentos;
- Controle de autoridade;
- Indexação;
- Cadastro e Edição de perfis de usuários;
- Revisão/aprovação do autoarquivamento/autosubmissão;
- Outro: \_\_\_\_\_

25) No período que antecede o lançamento do RI, os bibliotecários foram envolvidos em quais atividades?

- Planejamento da criação do RI;
- Desenvolvimento e implantação;
- Discussão e estabelecimento da política;
- Escolha do software;
- Desenvolvimento e implantação;
- Articulação e operacionalização;
- Lançamento e operacionalização.

26) No período de planejamento para criação e implantação do RI os bibliotecários desenvolveram atividades relacionadas a?

- Diretrizes para representação descritiva dos documentos;
- Diretrizes para recuperação dos documentos;
- Diretrizes para indexação dos documentos;
- Escolha do software;
- Desenvolvimento e implantação;
- Articulação e operacionalização;
- Lançamento e operacionalização;

27) Em sua opinião quais as competências essenciais para o bibliotecário atuar na gestão de RI?

- Conhecimento aprofundado da Internet, dos seus serviços e potencialidades;
- Conhecimento e capacidade de trabalho com as diversas “normas” emergentes – SGML, HTML, Z39.50, etc.;
- Excelência na utilização das diversas ferramentas de pesquisa de informação na Internet;
- Conhecimento dos métodos, técnicas e normas de digitalização e/ou criação de documentos multimídia e da sua disponibilização para o público (interfaces, design, etc.);
- Capacidade para avaliar e organizar recursos eletrônicos;
- Conhecimentos básicos sobre o funcionamento e gestão de redes e sistemas operativos;
- Capacidade para criar e gerir conteúdos na World Wide Web (HTML, etc.);
- Capacidade para usar e avaliar software e hardware diversos;
- Conhecimentos e capacidade para criar e assegurar o funcionamento de serviços de ajuda e referência online e materiais de formação para utilização remota;
- Conhecimentos sobre arquitetura da informação;
- Conhecimentos sobre normas de descrição bibliográfica.

